

EM TEMPO!

Periódico Nacional

Ano VIII

Junho de 1986

Cz\$ 4,00

Nº 209



A violência e a demagogia contra a reforma agrária: até quando?

Págs. 8 e 9

PT consolida as suas definições socialistas

O que foi e uma avaliação do 4º Encontro Nacional do PT Págs. 2, 3, e 4

Aqui começou a ruir o mito de Stalin
(Págs. 12 e 13)
Em resposta a José Dirceu
e Wladimir Pomar
(Págs. 14 e 15)

PT consolida a sua definição socialista

Unidade crescente e avanço nas definições políticas. Mas permanece uma exclusão absurda de representantes da articulação minoritária na Executiva Nacional do Partido.

O IV Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 30 de maio, 31 e 1º de junho, em São Paulo, marcou um progresso importante do partido, novos passos na sua consolidação, na elaboração de suas posições políticas, em definições sobre como enfrentar os desafios que se colocam para a construção partidária (avivados pelo próprio crescimento da influência política do PT). Mas alguns antigos problemas permanecem, e até também se aguçam, com arranhões à democracia do partido.

Em primeiro lugar, as resoluções aprovadas no Encontro incluem uma parte sobre a questão da construção do socialismo, que confirma no fundamental os avanços sobre este tema que já haviam sido aprovados no Encontro de São Paulo. Trata-se de um passo importante na consolidação do PT num sentido revolucionário, na sua afirmação como partido de classe. No entanto, há aqui algo curioso: o texto apresentado pela articulação majoritária (que continua, de forma bastante estranha, a se chamar a si mesma de "A Articulação", como antigamente os militantes do PC se chamavam simplesmente de "O Partido" — como se não houvesse outras articulações de igual legitimidade no PT), calcado no texto de São Paulo, deixou de incluir uma passagem importante, a que dizia: "Nossa estratégia, desde logo, prevê a acumulação de forças para uma ruptura radical com a ordem burguesa, pois a destruição do Estado burguês, historicamente, é um passo imprescindível para a construção de uma sociedade sem classes, igualitária ...".

Por outro lado, na apresentação deste texto, José Dirceu, Secretário Geral do PT em São Paulo, incluiu a menção a "controle social e a democracia dos trabalhadores sobre o Estado e a busca do fim deste Estado que foi construído para exercer a dominação de uma classe sobre a outra". O Diretório Nacional ainda discutirá emendas sobre esta passagem. Veremos qual será a redação definitiva.

Corrigindo erros de alianças

Outra questão de enorme importância para o PT foi o notável avanço na compreensão do sentido da independência de classe dos trabalhadores demonstrado pelos delegados presentes. Na discussão dos critérios para coligações ou alianças eleitorais, foram estabelecidos com clareza, a partir de uma proposta dos companheiros José Genoino, Raul Pont e José Américo, a centralidade da oposição ao governo Sarney, à "Nova República" e à transição conservadora, e que o objetivo fundamental do PT no processo eleitoral é aprofundar a organização independente dos trabalhadores.

A partir daí, o Encontro corrigiu posições que haviam sido adotadas em Encontros estaduais de Pernambuco e



Bahia, de apoio crítico às candidaturas de Miguel Arraes e Waldir Pires, ambos figuras destacadas da "Nova República". Foi estabelecido que deverão se realizar novos Encontros nestes estados, para adequar a tática eleitoral estadual às normas nacionais do PT. Com isto, inclusive, procurou-se resguardar a necessária margem de autonomia de cada estado, evitando a definição de uma tática estadual pelo próprio encontro nacional.

Contudo, aqui ficou claro um problema grave: se, por um lado, ficou clara a dificuldade da maioria dos companheiros da direção do PT da Bahia em compreender a impossibilidade para o PT de apoiar, ainda que criticamente, candidatos do campo burguês, da contradição disto com uma tática de aprofundar a organização independente dos trabalhadores (e, no entanto, os companheiros da direção do PT da Bahia têm uma tradição de posições mais à esquerda e revolucionárias no interior do PT), por outro lado, ficou demonstrado um descompasso entre a grande maioria dos delegados e a antiga direção nacional (o Diretório Nacional e Executiva Nacional). O Diretório Nacional deixou de definir com antecedência ao processo eleitoral critérios para coligações e alianças, repetindo um problema ocorrido nas eleições de 1985. Com isto, e com posicionamentos de companheiros da Executiva, deu no mínimo o sinal verde para orientações como as adotadas em Pernambuco e na Bahia, o que teve a grave consequência de termos de mudar posições depois de já tornadas públicas.

Em terceiro lugar, o PT aprovou neste IV Encontro uma linha sindical.

É curioso notar que, tendo nascido do movimento sindical, o partido não tivesse até agora linha sindical. Esta aprovação é um passo importante para unificar a intervenção sindical dos petistas, o que não é ou quase não é feito hoje.

Amadurecimento político

Também a parte sobre a conjuntura atual e as tarefas colocadas para o partido (como a luta contra o pacote econômico, contra a violência assassina dos latifundiários, pela reforma agrária, pela conquista de governos estaduais a partir da mobilização do movimento de massas, por uma intervenção na Constituinte que se contraponha à transição conservadora, ao capitalismo, e defenda medidas que garantam conquistas dos trabalhadores e comecem a quebrar o domínio do capital) ajudam a orientar os militantes petistas.

Há muitas questões ainda excessivamente genéricas; há formulações que podem ser questionadas (e muitas foram objeto de emendas que ainda serão apreciadas). Mas é importante o fato de que tenhamos deixado para trás ambigüidades como as que apareceram no último programa de TV realizado pela Executiva Nacional, no qual não ficava bem claro se no geral o partido era contra o pacote econômico no seu conjunto ou a favor com algumas críticas.

Finalmente, tem uma importância de primeiro plano que o PT tenha aprovado orientações sobre a construção do partido que tratam de algumas questões fundamentais para que ele possa responder à necessidade de organizar a sua base social: aqui, o decisivo é a

prioridade definida para os núcleos por categoria. Mais uma vez, podemos apontar limitações: as resoluções não apresentaram na verdade um plano de conjunto de construção do PT, uma orientação geral, trataram apenas de algumas questões. A falta de uma orientação de conjunto acentua o problema representado pela defasagem entre as definições políticas do partido e a prática despolitizada de muitos setores, principalmente ligados à "Articulação", que desenvolvem posturas às vezes até parlamentaristas.

Mas o balanço que podemos fazer da parte política das resoluções, e das referências à construção do PT, é positivo. Isto reflete o amadurecimento político do partido, o sentimento classista da militância, o fortalecimento do espírito partidário, que fez que diversas questões polêmicas fossem resolvidas no sentido mais à esquerda. Reflete também a influência que as correntes mais à esquerda do PT têm tido.

Fontes da resolução majoritária

Aliás, é interessante chamar a atenção para o fato de que o texto apresentado pela articulação majoritária ("A Articulação") não é propriamente uma proposta com formulações exclusivamente próprias. Diversas partes refletem discussões conjuntas do partido, trechos mesmo, de resoluções de diversos encontros do partido, com diversas passagens redigidas e propostas por militantes que não integram a articulação majoritária, mas sim a articulação "Construir uma alternativa operária e popular". Isto aconteceu especialmente com trechos da análise da conjuntura, da parte sindical e das passagens sobre a construção do PT.

Mais do que denotar ecletismo, este fato demonstra que há já pontos de unidade bastante importantes entre a maioria da militância petista, o que recomenda inclusive que para os próximos Encontros as propostas políticas sejam apresentadas pelos organismos de direção partidária, e não pelas articulações, cabendo a estas apresentar emendas, acréscimos (e, naturalmente, com o direito de propor resoluções básicas alternativas).

O absurdo da exclusão

Tudo isto ressalta o absurdo de, mais uma vez, ter sido rejeitada uma proposta, apresentada por Raul Pont, que garantia à chapa minoritária uma participação na Executiva Nacional.

Contra esta posição, foi aprovada uma proposta de Marco Aurélio Garcia e José Alvaro Moisés que, em resumo, dizia o seguinte: o episódio do assalto a um banco em Salvador mostra que deve ser avaliada a participação das diversas tendências existentes no interior do partido; o PT reconhece o direito de tendência, já que é um parti-

O que foi o IV Encontro Nacional do PT

do democrático e aberto, mas este direito só deve ser "dado" a todos os que respeitem a disciplina do partido, encaminhem suas posições, não se constituindo em "partidos dentro do partido"; o direito de tendência deve ser regulamentado, para tanto sendo realizado um Encontro no início do próximo ano; até lá devem ser discutidas as posições das várias tendências; até lá ficam todas de "quarentena", continuando a não ser garantida a participação das minorias na Executiva; além disso, é referendada a posição da Executiva Nacional sobre a expulsão dos participantes do assalto em Salvador, e recomendada a expulsão de outros eventuais implicados, bem como o não apoio a eventuais candidatos com alguma responsabilidade naquele episódio.

Tudo isto é, evidentemente, uma salada confusa, sectária e desonesta. São misturadas três coisas que não têm nada que ver: o assalto em Salvador, os direitos das minorias e a regulamentação das tendências. O resultado é, mais uma vez, adiar a ampliação da democracia no PT. Além disso, a proposta de Marco Aurélio e José Álvaro Moisés chega a fazer sugestões de uma "caça às bruxas" a quem tenha alguma responsabilidade sobre o episódio de Salvador (o que é até agora desconhecido). É preciso refletir bem sobre isto, sobre onde pode nos levar.

Um erro a ser corrigido

Aliás, foi estranho nesta questão o comportamento da grande maioria dos delegados de São Paulo. Tendo votado no Encontro paulista a favor de alguma participação das minorias na Executiva já, mudaram de posição e votaram contra (com exceções). A razão é que a "A Articulação" fechou questão; prevaleceu o centralismo "democrático"(?) de articulação.

Além de Raul Pont, apresentaram propostas contrárias à linha Marco Aurélio — Moisés os companheiros Maurício Pinto e Augusto de Franco (este defendendo a linha do PT de Goiás — ver box).

O tom sectário que prevaleceu nesta discussão foi quebrado, no final, pelo discurso de encerramento de Lula. Tendo feito recentemente 40 anos, Lula prestou uma homenagem a outros militantes petistas destacados que têm também esta idade, citando, ao lado dos "majoritários" Jacó Bittar e José Dirceu, os "minoritários" José Genoino e Raul Pont, ressaltando sua contribuição ao PT. Por que, então, deixá-los fora da Executiva, já que além de uma capacidade política representam setores importantes do partido? É o caso de retomar esta discussão na primeira reunião do Diretório Nacional, já que a participação das minorias não chegou a ser proibida. Lula sugeriu que em fevereiro o erro desta exclusão poderia ser corrigido (ver discurso). Por que não fazê-lo já?

O IV Encontro Nacional do PT contou com cerca de 330 delegados credenciados (19 delegados natos, membros da Executiva Nacional, e os demais eleitos nos Estados, na proporção de 1 para cada mil filiados — se todos se credenciassem, teríamos cerca de 350 delegados).

O Encontro discutiu a linha sindical do PT, as eleições de 1986 (o documento eleitoral básico e casos de Pernambuco e Bahia), as propostas das chapas e elegeu os novos membros do Diretório Nacional e Presidente. A discussão sobre Constituinte, a não ser o que já estava incluído nas propostas das chapas, foi remetida ao novo Diretório Nacional, do mesmo modo que a apreciação de uma série de emendas.

Apresentaram-se duas propostas políticas (e duas chapas): "Uma Proposta Democrática, de massas e socialista para o PT" (a "Articulação") e "Construir uma alternativa operária e popular". Na



eleição do Diretório Nacional, votaram 326 delegados, sendo 13 votos nulos ou brancos, 226 na primeira chapa (o que corresponde a 72,20 % dos votos válidos) e 87 para a segunda (27,80 %). A chapa majoritária elegeu 56 membros do Diretório Nacional e a minoritária 22. Lula foi reconduzido por unanimidade à Presidência; ficou acer-

tado que haverá um novo Encontro em fevereiro.

Apresentamos a seguir trecho da contribuição dos delegados de Goiás ao Encontro, e das intervenções de José Dirceu (apresentando a proposta política majoritária), Raul Pont (apresentando a chapa minoritária) e Lula (no encerramento).

PT de Goiás

"...estabelecer, no interior do partido, um clima de companheirismo, de confiança e de fraternidade, com a eliminação da intolerância, do sectarismo e do hegemonismo..."

"O crescimento do Partido dos Trabalhadores em todo o estado de Goiás nos últimos meses é um fato inegável.

Após obter um expressivo resultado eleitoral na disputa que se realizou, em novembro de 1985, para a prefeitura da capital, o PT se constitui hoje num pólo de atração para todos os setores que buscam uma alternativa à "Aliança Democrática" e à transição conservadora. (...)

Essa vitória obtida pelo PT, nas urnas de novembro e nos meses seguintes, demonstra que a direção pela qual optamos para nosso crescimento estava correta. O crescimento do PT não caiu do céu, nem foi o resultado automático de uma conjuntura que nos era favorável. Essa vitória representa e demonstra o acerto de uma política (...)

Agora, nas eleições de 1986, esperamos ganhar o governo de Goiás. É natural que quem não vive o dia-a-dia do trabalho do PT em nosso estado, julgue descabida esta pretensão. Todavia, esta é a nossa avaliação atual, não muito diversa, aliás, da avaliação que fazíamos trinta dias antes das eleições de novembro de 1985, ocasião em que, ao afirmarmos que ganharíamos a prefeitura da capital, constatávamos o descredito de companheiros que não conviviam com a nossa realidade.

Até o final deste ano, esperamos estar organizados em quase todos os municípios do estado. Isso, para um partido que, em maio do ano passado, estava estruturado em menos de 50 municípios e hoje já está presente em cerca de

180 cidades goianas. Mas em que se baseia esta política que adotamos para o PT de Goiás?

1. Em primeiro lugar, na defesa intransigente da independência de classe do Partido. O PT não pode se diluir, se desfigurar enquanto a alternativa independente do campo popular aos projetos das classes dominantes.

2. Em segundo lugar, na manutenção da tática central que visa criar uma forte oposição à transição conservadora. Manter o PT como partido de oposição ao regime autoritário, à "Aliança Democrática" e ao governo biônico de José Sarney.

3. Em terceiro lugar, na construção de um amplo partido de massas que se afirme como alternativa de luta para o conjunto dos explorados e oprimidos visando a transformação da sociedade brasileira numa sociedade socialista.

Estas constituem as três raízes principais da política que defendemos para a construção do Partido dos Trabalhadores. Elas se desdobram, todavia, numa nova prática política cotidiana. Desde o início de 1985 estamos nos esforçando para implantar, no PT de Goiás, essa nova prática:

— Uma prática que coloque em primeiro lugar a construção do partido segundo os princípios que orientaram a sua fundação, isto é, construir o PT como partido e não como uma frente de agrupamentos políticos ou de interesses pessoais;

— Uma prática que privilegie a atuação e o trabalho partidário e não a luta

interna, não obstante algumas experiências vividas pelo partido estejam solicitando discussões sobre a atuação das tendências, articulações e agrupamentos em seu interior;

— Uma prática que busque primeiramente unir as forças e os militantes petistas em torno de um conjunto de princípios e de propostas políticas atuais e que não contribua para desunir estas forças e militantes em nome de discussões estratégicas que não estão colocadas neste momento da construção do partido e da luta dos trabalhadores;

— Uma prática, sobretudo, que contribua para que, num futuro próximo, possamos estabelecer, no interior do partido, um clima de companheirismo, de confiança e de fraternidade, com a eliminação da intolerância, do sectarismo e do hegemonismo.

— Uma prática que reconheça e privilegie quem trabalha de acordo com as orientações partidárias e não segundo as tendências ou articulações as quais cada um se alinhe.

Temos razões para acreditar que estamos tendo algum sucesso na implementação dessa prática em nosso partido. Para que isto fosse possível, consideramos fundamental a decisão tomada de unir as forças partidárias em torno de um programa de ação claro e definido. O que propomos hoje para Goiás, gostaríamos de apresentar, como contribuição aos companheiros dos demais estados do Brasil."

“Temos uma oportunidade histórica na mão”

José Dirceu



“... ‘A articulação’ dá prioridade a ter um Plano de Ação no movimento sindical, da reforma agrária, do Projeto Alternativo na Constituinte, para romper a consolidação da transição conservadora e abrir avenidas. Primeiro: para a consolidação do PT. Segundo: para a consolidação da CUT. Estes são dois instrumentos fundamentais para criar uma nova correlação de forças, retomar a ofensiva, para que (se não for no Congresso Constituinte logo após ele) aberta uma nova fase de lutas no país, consolidemos uma democracia.

Que dê liberdade para que os trabalhadores avancem nas transformações econômicas e sociais e vão, pela sua própria experiência, governando Fortaleza e Diadema ou São Paulo e Goiás, exercendo mandatos nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional, cons-

truindo aquele poder popular nos bairros e nas fábricas, nas comissões de fábricas, nos conselhos populares e construindo o próprio PT, que são as sementes do socialismo democrático que queremos construir.

Socialismo que significa a propriedade coletiva dos meios de produção para os trabalhadores, mas também o controle social e a democracia dos trabalhadores sobre o Estado e a busca do fim deste Estado que foi construído para exercer a dominação de uma classe sobre outra. Socialismo portanto libertário, democrático, mas socialismo sem exploração, sem propriedade privada. Mas levando em conta a realidade social, a formação histórica e econômica do Brasil, portanto, socialismo que saberá fazer uma aliança e uma integração e construir com o pequeno proprietário, com as camadas médias, atendendo os seus interesses, sem con-

traditar os interesses gerais dos trabalhadores: uma sociedade socialista no Brasil, às portas do século-XXI.

Na América Latina, na história da Humanidade, é preciso anotar que o Brasil tem condições especiais — culturais, históricas e econômicas — para ser o primeiro país socialista com uma infra-estrutura industrial, com um desenvolvimento social e cultural que evite os erros, as deformações e as negações do socialismo que acabaram acontecendo, pelas realidades históricas e pelos erros dos partidos e vanguardas que fizeram as revoluções.

Temos uma oportunidade histórica na mão. E esta oportunidade histórica está relacionada com a construção do PT. Não como partido único, que vai conduzir os trabalhadores para o socialismo, mas como a ferramenta, que até agora se demonstrou na prática, como revolucionária e marxista.”

“Este é um momento muito significativo para nós”

Raul Pont

“As propostas das duas articulações refletem uma reafirmação do PT como partido definido programaticamente pelo socialismo e que tem no marxismo seu instrumento de análise, de formação política etc. Para nós isto é muito significativo; saudamos este momento porque, desde o movimento pró-PT, desde as origens do partido que a nossa posição defende estas propostas, ao contrário de setores que nos combateram no princípio, mas que tão logo o partido começou a ser mais afirmativo abandonaram a sua construção.”

(Nota da redação: Raul faz menção aqui aos que no primeiro Encontro do PT foram os maiores adversários da definição do PT como um real partido dos trabalhadores, classista, organizado em núcleos, e que defendiam pelo contrário um vago “partido popular”

com uma organização baseada na Lei Orgânica e nos Diretórios legais: Osmarzinho, Vanderli Farias, Airton, Soares).

Naqueles primeiros momentos, as correntes que defendiam o caráter classista do partido foram marginalizadas pelos que defendiam o “partido popular”, mas em momentos em que o partido não apresentou propostas concretas para questões como a Assembléia Nacional Constituinte, questões como a da democracia interna, nossa corrente esteve presente com suas propostas e firme na construção do partido.

Ainda agora, quando o partido em seu conjunto avança assumindo várias daquelas propostas que temos defendido, mantém-se a razão de ser de uma chapa alternativa, na medida em que o documento majoritário e a política do atual Diretório Nacional foram incapazes de transformar o PT num polo aglutinador do movimento operário, das várias correntes socialistas que es-



tão presentes no interior deste movimento, não definindo com clareza uma política correta de alianças de classe. Prova disto foram as vacilações em Pernambuco e na Bahia quanto ao apoio aos candidatos a governador, ou ainda nas eleições passadas quando setores do partido apresentaram propostas de aliança com o PDT no Rio de Janeiro e em Porto Alegre ou ainda em

Santa Catarina, o que revela a ausência de uma direção política clara, com clareza sobre esta questão fundamental.

O outro aspecto é que nós somos necessários porque a atual “Articulação”, a majoritária, de novo priva a minoria de uma representação na Executiva, não colocando esta definição no Regimento do partido, o que tem repercussões nas Executivas estaduais e municipais. O argumento apresentado de que o partido vive uma situação de excepcionalidade e que são necessárias “salvaguardas” — o que faz lembrar o discurso defendendo a LSN — não serve ao PT.

Mais do que nunca é necessário que estas forças mantenham-se coesas e reafirmem um projeto de construção do PT, colocando-se claramente, sem nenhuma dúvida, nesta construção, de um partido democrático, que defenda o direito às tendências, à participação nas instâncias de direção destas tendências.

“O PT tem um pouco daqueles que concordam e que divergem”

Lula



“...A nossa luta contra a ‘Nova República’, a nossa luta pela construção de uma nova sociedade, a nossa luta pela justiça, pela jornada de 40 horas de trabalho, a nossa luta contra o ‘pacote econômico’, a nossa luta pela reforma agrária, a nossa luta para impedir que a classe trabalhadora continue sendo a única que paga pelos desmandos e os descasos das autoridades, a nossa luta vai permitir que surjam lideranças e mais lideranças.

A nossa luta vai permitir que a gente volte a repetir aqui, aos milhares, os exemplos que o companheiro Valdir Ganzer disse. Eu fui àquelas cidades e vi companheiros ameaçados de morte em cima de um palanque, construindo nosso PT e quem há oito anos atrás diria que era possível? Quem em 1980 dizia que era possível hoje este partido estar legalizado em (...) tantas cidades espalhadas por este país?

E essa construção tem um pouco de cada um de vocês, essa construção bem

ou mal tem um pouco daqueles que concordam, que divergem das idéias colocadas aqui. Mas a verdade é uma só — é que é nessas divergências nossas que aparecem os consensos, quando a gente se subordina às decisões de uma plenária, e é nestas divergências nossas que a gente consegue acertar, e que a gente consegue se aperfeiçoar.

Não pensem vocês que eu fiquei magoado ou ofendido quando o companheiro Raul, aqui hoje, falou uma coisa interessante, de que a Articulação avançou na defesa do socialismo, e que ele vem fazendo isto há muito tempo. E eu sinto orgulho, companheiro Raul, de ter avançado. Porque burrice nossa seria persistir no erro se nós um dia descobríssemos que estávamos errados. (...)

(...) Em fevereiro nós vamos ter um outro Encontro democrático do Partido dos Trabalhadores, e nem um outro partido faz o que nós estamos fazendo, nem um partido faz um Encontro seis



meses depois para tentar reparar os possíveis erros cometidos hoje. E isso só faz, gente, aqueles que não querem se segurar no cargo na marra, isto só faz aqueles que têm o despreendimento necessário para poder entender que o melhor dirigente não é aquele que quer ser dirigente, que o melhor dirigente é aquele que os companheiros indicam (...).”

O novo embuste do Plano Cruzado

Em entrevista ao EM TEMPO, Régis Moraes desmonta o argumento veiculado pelo governo, de que as informações estatísticas sobre o crescimento da massa salarial nestes primeiros meses após o "pacote econômico" seriam uma demonstração irrefutável das vantagens salariais trazidas pelo Plano Cruzado.



— O ministério da Fazenda divulgou uma informação de que teria havido após a decretação do "pacote econômico" uma elevação de 30% da massa salarial. Essa informação viria a ser posteriormente ratificada por uma pesquisa da Federação das Indústrias de São Paulo. Aos olhos do governo, a elevação do consumo nestes primeiros meses do ano confirmariam este efeito positivo do "pacote" sobre os salários. Qual é a sua opinião sobre esta avaliação divulgada pelo governo?

Régis — Em primeiro lugar, temos de destacar o que os dados revelam objetivamente e o que se pretende que eles devem revelar. Quer dizer, o uso que se faz destes dados. Não é de se desprezar o fato de que a FIESP usou estes dados para justificar a sua política salarial: o indivíduo que avaliasse que tinha ocorrido uma perda estava pensando apenas no seu caso e não no conjunto da classe trabalhadora.

O crescimento da massa salarial é um dado que não pode ser trabalhado isoladamente. Por exemplo, nos meses de julho e agosto do ano passado, houve um crescimento da massa salarial, documentado pelo boletim da FIESP. Mas, levando em consideração o crescimento do número de horas trabalhadas neste período, se chegava à conclusão de que tinha ocorrido na verdade uma diminuição do salário hora. Ou seja, um maior número de horas trabalhadas significa evidentemente um crescimento das folhas de pagamento mas pode vir acompanhado de um decréscimo do salário hora.

Por que pode ter crescido a massa salarial neste período?

Em primeiro lugar, tivemos efetivamente nos últimos quinze ou dezesseis meses uma recuperação relativa ao nível de emprego comparado com o período recessivo de 80 para cá. Então, a massa salarial tenderia a crescer. Houve também no final do ano passado, principalmente em alguns setores mais combativos dos trabalhadores, uma certa recuperação de perdas salariais anteriores. O caso da campanha sala-

rial unificada na grande São Paulo no final do ano passado é um exemplo.

Quando se fala em um crescimento da massa salarial, tem que se levar em conta também o que se classifica como salário. Se nós observarmos, por exemplo, os dados oficiais sobre a participação do fator trabalho na renda produzida nacionalmente, você vai verificar que nos últimos vinte anos, e mesmo no período recessivo de 1979 até agora, se observa uma participação menor do trabalho na renda produzida. É importante verificar que estes dados oficiais (do ministério do Trabalho) consideravam como rendimento do trabalho as coisas mais diversas como, por exemplo, ordenados de pró-labore de executivos ou de sócios das empresas. Isto é, esse conceito de rendimento do trabalho é algo muito agregado.

Outro fato que não se pode esquecer quando se fala no crescimento da massa salarial é que, por exemplo, na região da Grande São Paulo, cerca de 25% dos assalariados recebem um salário médio na faixa dos 1.100 cruzados (cerca de 35% dos trabalhadores na indústria e 40% dos trabalhadores em serviço estão nesta faixa). Assim, pode ter havido um crescimento desigual das faixas salariais na medida inclusive que se inclui no cálculo os salários dos executivos. E não o crescimento dos salários da faixa mais rotativa do mercado

de trabalho, que é essa da base da pirâmide. Essa faixa engloba aproximadamente 70% da força de trabalho registrada, com carteira de trabalho, no Brasil e que tem emprego apenas durante 7,5 meses do ano em média. E são estes trabalhadores que têm o seu salário estagnado ou mais archoado.

O outro indício de crescimento da massa salarial citado pelo governo foi o do aumento do consumo. É verdade que houve um crescimento das vendas do comércio varejista de março em diante. Isso tem as mais variadas explicações, que não derivam necessariamente do crescimento da massa de salários. Após o "pacote econômico" houve naturalmente um desvio das aplicações em cadernetas de poupança para aplicação em consumo. Porque não era mais necessário manter o dinheiro em caderneta de poupança para que ele não desvalorizasse ou porque a realidade dos juros sem correção monetária indicava que talvez valesse mais a pena consumir. Houve, assim, um desvio da poupança para o consumo. Outro fato é que o pacote econômico de novembro fez uma modificação também na composição do imposto de renda retido na fonte que se tornou mais baixo para as camadas assalariadas de menor poder aquisitivo. Também isto reativa o consumo. Isso pode-



ria explicar muito bem o crescimento do consumo mesmo que não tivéssemos o crescimento da massa salarial.

Mas, pode ter havido, e efetivamente houve para algumas categorias, uma espécie de reajuste que elas teriam em maio. No mês de maio, em todo o Brasil, e particularmente no Estado de São Paulo, há uma incidência de muitas campanhas salariais e muitos dissídios coletivos. Ou seja, reajustes anuais negociados em maio. Com o "pacote econômico", estes reajustes na verdade foram antecipados para março pela média. Estas categorias não terão nenhum reajuste em maio mas tiveram um reajuste menor em março. Isso significa que este crescimento do valor nominal do salário foi decomposto em um período mais longo. Ou seja, o que se modificou aí não foi a participação do trabalho na renda produzida mas a sua distribuição no tempo. O próprio Pêrsio Arida, em declaração publicada no jornal *Gazeta Mercantil*, afirmou que não se pode esperar que este crescimento do valor nominal do salário ocorra também nos meses seguintes. Ele vai desaparecer nos próximos meses porque foi fruto da antecipação do reajuste de maio.

Assim, pode ter havido um certo crescimento da massa salarial mas do modo como os dados são apresentados, eles são mera justificativa ideológica para manter a fé no "tem que dar certo". Portanto, não se diferencia em nada da maneira como Delfim Neto, por exemplo, tratava os dados estatísticos.

— Os sindicatos dos bancários têm denunciado que após o "pacote econômico" os bancos demitiram já cerca de 70 mil trabalhadores em todo o país. Porém, o governo tem respondido que como a economia continua a crescer, esses trabalhadores demitidos dos bancos em poucos meses serão reabsorvidos em algum outro setor da economia...

Régis — Essa é uma questão de rearranjo do aparelho econômico. Só que quem paga os custos do reajuste são os trabalhadores: com o desemprego, com o fato de não saberem durante alguns meses se conseguem um outro emprego mais adiante. O governo procurou responder também ao problema do desemprego com um item do "pacote". Só que os critérios para receber o seguro desemprego são tão rigorosos que excluem a grande parcela dos desempregados do país. Só faltou exigir que o desempregado tivesse saldo médio no Bradesco ou 32 dentes na boca sem cárie, coisas do tipo. Além disso, um efeito colateral do seguro desemprego decretado é que pune os grevistas: todos aqueles que nos últimos quatro anos se rebelaram contra a exploração patronal ou participaram de algum movimento político, e por isso foram demitidos, são punidos exemplarmente pela legislação do seguro desemprego.

Plágio comprometedor

O argumento de que os salários não poderiam ter sido reajustados pelo pico e sim pela média foi utilizado mil e uma vezes pelos economistas que elaboraram o Plano Cruzado.

Coincidência reveladora: o mesmo argumento foi utilizado pelo então ministro Roberto Campo quando no ministério do Planejamento após o golpe de 1964 para justificar a política salarial do arrocho.

A citação abaixo foi extraída do artigo "Em defesa dos tecnocratas" publicado no livro "Do outro lado da cerca", de autoria de Roberto de Oliveira Campos.

"A primeira acusação aos tecnocratas é o sentido frio e desumano das medidas tomadas. Talvez a melhor resposta se encontre na epígrafe de Brecht. Mas cabe um co-

mentário sobre o paradoxo de se atribuir desumanidade à política antiinflacionária — que é mera coleção de remédios — quando o desumano é o próprio câncer da inflação, que vitima as classes assalariadas mais que qualquer outro grupo social. Infelizmente não é possível, em qualquer política inflacionária séria, adotar outra política salarial que a da reconstrução periódica do **salário real médio** (que foi aquilo que a economia realmente pôde dar ao trabalhador), fazendo esse salário evoluir na proporção dos aumentos de produtividade ou de possíveis transferências de renda através do sistema fiscal. Tentar manter os picos do salário real, atingidos fugazmente no auge da inflação, seria precisamente sancionar a continuação da taxa de inflação anterior e não abatê-la."

A tarefa que se apresenta ao II Congresso Nacional da CUT

Em abril, o número de horas não trabalhadas pelos trabalhadores em greve já foi quatro vezes maior do que em março. Está na ordem do dia e debate de como unificar estas lutas.

Amplia-se ainda mais o quadro de greves e mobilizações em todo o país, demonstrando claramente que os trabalhadores não estão dispostos a aceitar a continuação do arrocho salarial que o governo congelou através do "pacote econômico".

De acordo com levantamento já divulgado pelo Dieese, foi 88 o número de greves em abril, abrangendo cerca de 260 mil grevistas. Já segundo o ministério do Trabalho, a intensidade das greves que diminuiu bastante em fevereiro (192 mil dias de trabalho perdidos neste mês contra quase 2,8 milhões de janeiro), voltou a crescer a partir de março. Neste mês, deixaram de ser cumpridos um milhão de dias de trabalho e em abril este número já subia a pouco mais de quatro milhões.

Este quadro, apenas aparentemente imprevisível nos primeiros momentos de euforia fiscalizadora pós-pacote, é um aviso claro para todos os setores que participam da direção da Central Única dos Trabalhadores.

Nestes três meses que já se passaram, muitas discussões tiveram lugar sobre as tarefas da CUT. Discutiu-se principalmente a avaliação feita por alguns que acentuava o forte isolamento do setor combativo e, conseqüentemente, a necessidade de modificar a tática geral de luta para o segundo semestre.

Em um primeiro momento, estes setores defendiam que seria necessário voltar a formas de luta mais localizadas, centradas em objetivos pontuais. As questões mais gerais entrariam neste processo como elementos de propaganda para uma futura campanha. Na perspectiva destes setores, o fundamental seria manter a mobilização neste nível possível, esperando que os desgastes do "pacote" surgissem, mostrando à população seu caráter nefasto.

Contudo, a manutenção das greves, inclusive em categorias que até então não tinham passado por esta experiência de luta, deu uma forte demonstração de que este isolamento dos setores combativos, se existisse, era muito relativo.



Américo Bernardes

Em entrevista publicada a seguir, Jacó Bittar aponta a necessidade da direção sindical da CUT organizar desde já o enfrentamento de forma unitária à política econômica do governo.

Combinar a luta sindical com as campanhas políticas

Esta discussão sobre a tática a ser adotada pelo movimento sindical no próximo semestre é, sem dúvida, uma das mais importantes que estamos travando. É muito o que está em jogo: a disputa da hegemonia no movimento sindical, após a criação do CGT e o incentivo que o governo da Aliança Democrática procura lhe dar; a participação dos trabalhadores na Constituinte. Como ficou evidente no ano passado, o grande ascenso grevista foi o fator principal que explica o crescimento eleitoral do PT. As possibilidades de influenciar o resultado da Constituinte ficam muito reduzidas com uma participação "a frio", sem a pressão direta do movimento operário.

O documento que foi aprovado no IV Encontro Nacional do PT, que na parte de conjuntura repete as resoluções do encontro sindical do partido recém-realizado, traça as linhas mestras de atuação do partido no que diz respeito à luta do segundo semestre.

A tarefa de combinar a luta sindical com as grandes campanhas políticas, criando um eixo global de contraposição ao governo, exigirá todo um aprofundamento do debate, um detalhamento de metas e cronogramas, uma propaganda ampla das bandeiras e das formas de luta (onde entra a questão da greve geral) e um convencimento de todos os setores, garantindo a aplicação de uma tática geral a nível nacional.

A construção de uma direção que apresente uma plataforma clara de ação para os trabalhadores e que construa o enfrentamento unificado com os patrões e o governo é o principal tema a ser tratado pelo movimento no II Congresso Nacional da CUT, que se aproxima.

"A resposta ao "pacote" deve ser unificada"

Em entrevista a EM TEMPO, Jacó Bittar analisa o comportamento do movimento sindical depois do "pacote", suas vacilações e avanços.



— Diante deste quadro de mobilizações e greves, como você avalia as perspectivas das lutas dos trabalhadores contra a política econômica do governo?

Jacó — Desde o princípio quando o governo adotou, através do "pacote econômico", uma medida concreta que nada mudou em relação à política econômica do regime anterior, nós já deveríamos estar preparados e procurando uma ação mais conjunta, na linha da campanha nacional que a CUT já vinha organizando.

Desde aquele momento, sabíamos que os trabalhadores teriam uma reação e o que faltava era um direciona-

mento, uma proposta de luta. Na minha opinião, todas as direções vacilaram naquele momento, no sentido de implementar uma resposta ao que o governo pretendia fazer com o "pacote econômico".

Então, volto a dizer, é importante que nós tenhamos uma proposta de mobilização mais global no sentido de enfrentar o governo, como classe trabalhadora, e não deixar simplesmente que estes movimentos que estão ocorrendo continuem dispersos. Temos hoje uma reação por categorias contra o "pacote", a partir de um ponto de vista econômico mais imediato.

Em vista disso, a CUT deve propor uma luta que unifique todos os trabalhadores, como vinha acontecendo na campanha pela redução da jornada de trabalho, pela reforma agrária, enfim, de todas as bandeiras que ela vinha empunhando.

Chega o momento de não mais entendermos a palavra da greve geral como um palavrão. Temos que trabalhar neste sentido: não simplesmente propagandear a proposta mas fazer com que ela retorne às mãos dos trabalhadores.

O próximo Congresso da CUT deve ser um momento e se propor, de discutir como mobilizar novamente, numa posição mais positiva.

— Uma discussão que está sendo feita refere-se ao sentido dos eixos da Campanha Nacional de Lutas da CUT. Eles poderiam estar mais voltados para uma luta antipatronal, unificando o movimento a partir de uma reivindicação mais localizada ou, já que o "pacote" foi uma medida de conjunto do governo, a reação dos trabalhadores deveria combinar predominantemente elementos de luta contra a política econômica...

Jacó — Eu concordo com esta segunda parte: o importante é discutir como globalizar o movimento. O "pacote econômico" ataca diretamente os trabalhadores não como categorias, mas como classe. Quer dizer, é uma medida do capitalismo, de uma nova forma de sobrevivência.

A CUT deve traçar eixos de luta de forma mais global, através de questões como a dívida externa, a reforma agrária, a redução da jornada de trabalho.

— Como se pode combinar esta luta

mais geral dos trabalhadores com a Constituinte?

Jacó — Não acredito que apenas o momento de lutar para que os trabalhadores estejam representados na Constituinte seja o fundamental. O essencial é que as entidades, principalmente a CUT, tenham na prática, através da pressão, através das lutas, através da proposta de uma greve geral, poder para influenciar a Constituinte no sentido de que ela seja mais sensível aos anseios dos trabalhadores.

— Isto significa que devemos manter um processo permanente de mobilização de massas, não só antes da Constituinte, mas durante todo o processo...

Jacó — Exatamente. O "pacote econômico" também tinha a finalidade de desmobilizar os trabalhadores para que a constituição fosse a mais conservadora possível. Mas eu volto a repetir: houve por parte das direções uma grande vacilação e isto não pode acontecer mais. Temos que retomar esta luta. Não podemos permitir que o processo eleitoral, que o processo institucional se sobreponha ao processo de mobilização dos trabalhadores.

Professores da Paraíba

Uma greve longa, difícil e corajosa



Quando do fechamento deste jornal, os professores da Paraíba estavam ainda em meio a uma greve longa, difícil e corajosa contra um dos governos estaduais mais reacionários do país. Uma greve dirigida basicamente para a conquista de aumento salarial e que abarca cerca de cem cidades em todo o estado. Decidido a derrotá-la por todos os meios, o ex-governador Wilson Braga decretou a intervenção econômica na entidade dos professores, o que desencadeou um vigoroso movimento de apoio por parte da população.

Após mais de trinta dias de greve, o governo já dava indício de um certo recuo voltando atrás na sua pretensão de conceder apenas 10,5% ao professorado. A sua última proposta já retornava ao índice de 34%, além de transformar a gratificação de pé de giz em vencimento, acrescentando a isso mais 10% de abono.

A greve, no entanto, continuava firme na reivindicação de um piso salarial de 6,3 salários mínimos, fortalecida após uma grande passeata de três mil professores.

A seguir, EM TEMPO entrevista Wilson Aragão, presidente da entidade do professorado paraibano.

Wilson, quais são as razões da atual greve do magistério?

Wilson — O governador Wilson Braga, um dos últimos e mais intransigentes malufistas desse país, teimou em defender o decreto 2284, que regulamenta o decreto do "pacote econômico" e que estabelece que o maior índice de reajuste seria de 34%. Para os servidores, o malufista Wilson Braga impôs 34%, mas para os ex-governadores ele aprovou um aumento de 500%. Só isto demonstra sua má fé, sua desonestidade. Para defender seus interesses, ele acerta um aumento de 500%; para os servidores que estão passando ne-

cessidades o aumento só pode ser de 34%.

As reivindicações dos professores eram em torno de 34%, que na verdade era apenas aplicação do decreto-lei 67322/70, que estabeleceu o piso salarial dos professores com licenciatura plena em 6,3 salários mínimos por 40 horas de trabalho por semana e para os professores normalistas o de 3 salários mínimos. Além dos itens definidos durante o último Congresso Nacional dos Professores, como: eleições diretas para diretores, concurso público anual e enquadramento dos professores contratados a título de convênio e mutirão escolar.

Um aumento de apenas 34% não melhorava em nada a situação desesperadora dos professores. E não melhorava porque atualmente nós professores paraibanos estamos ganhando salários miseráveis: um professor com licenciatura plena ganha cerca de 1800 cruzados por 40 horas; um professor normalista 1100 e um do projeto mutirão ou convênio ganha 480 cruzados por 40 horas. Um aumento de 34% significaria uma migalha para os professores.

Como está a greve e qual foi a reação do governo frente a este movimento?

Wilson A greve atingiu 1500 escolas em todo o estado, deixando sem aulas cerca de 170 mil alunos. Em vez de dar o aumento para os professores, o governo avaliou junto aos partidos que o apóiam que seria mais interessante a contratação de 20 mil novos funcionários públicos. Afinal, seriam 20 mil cabos eleitorais contratados com o dinheiro do estado. A negociata chegou a tal ponto que cada deputado estadual do PDS e do PFL ganhou 300 vagas para distribuir e os vereadores destes partidos entre 15 e 20 vagas. Isto não é só um desrespeito ao professor, mas a todo o povo paraibano, que tem seu imposto

usado pela máfia de Wilson Braga para se manter no poder, para corromper.

Como os professores não aceitaram os 34%, o governo retirou a proposta e encaminhou para a assembléia uma que dava menos ainda: 10,54%. Para isto o governo apresentava dois argumentos: o primeiro era de que os 10,54% correspondiam à conversão de cruzeiros para cruzados. O outro é mais uma demonstração de seu direitismo e sua incapacidade de conviver em um regime minimamente democrático: acusava a greve de ser dirigida por uma falange subversiva, com fins eleitorais. Com isto, tentava atacar a candidatura do companheiro Agamenon Vieira, ex-presidente de nossa entidade, atual presidente da CUT-PB.

Mas esta atitude só demonstra o cretinismo deste malufista. Para o senhor Wilson Braga só têm direito a serem candidatos os membros das classes dominantes e não os representantes dos trabalhadores. O senhor Wilson Braga necessita manter-se no poder. Necessita manter-se impune, principalmente hoje, quando se fala muito, em todo o estado, de ligações que provavelmente ele manteria com pessoas responsáveis por vários crimes, como o que vitimou o jornalista Paulo Brandão.

Nós professores estamos sendo perseguidos na Paraíba. No início do governo, anterior os professores licenciados ganhavam 7,2 salários mínimos. No fim do governo passamos para 4,5 e agora ganhamos 3 salários mínimos. Em pouco tempo estaremos pagando para lecionar.

A compreensão da justiça da luta dos professores é que tem possibilitado o enorme apoio que hoje desfruta, apesar de mais de trinta dias de greve. É este apoio social que tem permitido a continuação da nossa greve de forma tão massiva, unitária e abrangendo todo o estado. A luta é justa e deve continuar.

Porto Alegre e Canoas

UM PRIMEIRO ENSAIO CONTRA O "PACOTE"

SUCURSAL DE PORTO ALEGRE

A greve dos metalúrgicos de Canoas e Porto Alegre é mais uma clara demonstração de que os trabalhadores não estão engolindo o discurso do Plano Cruzado e vão à luta por suas reivindicações.

Uma iniciativa do Sindicato dos metalúrgicos de Canoas, esta greve pegou os patrões desprevenidos e mostrou na prática as debilidades da diretoria do Sindicato de Porto Alegre, presidida por Glênio Costa, que não havia realizado qualquer preparação para a campanha na base do sindicato.

O processo em Porto Alegre, de preparação do dissídio, se deu de forma totalmente antidemocrática. Nas assembléias, os pelegos fraudaram a votação e impediram que a Comissão Sindical tomasse a palavra. Na votação da Comissão de Salários, a fraude foi tão gritante que o próprio presidente a reconheceu em entrevista a um jornal de Porto Alegre.

Apesar destes problemas, a intransigência patronal, com sua proposta de 2% de aumento, jornada de 47 horas semanais o fim da estabilidade de três meses para gestantes tornou a greve imperativa. Ao final da assembléia que decretou a greve, por iniciativa da Oposição, boa parte dos 400 trabalhadores presentes foi para a porta da Albarus, uma grande fábrica da região, e parou tu-

do. Nesta mesma noite, um piquete acabou sendo violentamente atacado pela Brigada Militar, com gás lacrimogêneo e cassetetes, tendo como resultado seis sindicalistas feridos. A continuidade da forte repressão levou a diretoria do sindicato a apelar diretamente para o Ministério da Justiça.

Na véspera do julgamento pelo TRT, a assembléia do sindicato decretou o fim da greve, mas os metalúrgicos de Canoas permaneceram em estado de greve. A proposta apresentada pela diretoria do sindicato de Porto Alegre foi muito aquém do que esperava a categoria e mesmo do que poderia ter sido obtido: 4% de aumento, 47h a partir de junho, 46h em novembro e 45h em abril de 87, estabilidade para as gestantes e pagamento de seis dias parados em três meses.

Sendo realizada nos limites da legalidade da "Nova República", esta greve aumentou ainda mais o desgaste da diretoria do sindicato, pela desorganização, falta de democracia e pela proposta negociada, que até o dia 28 de maio não havia sido assinada pelos patrões que alegavam "divergências de redação".

Por outro lado, a Oposição Sindical de Porto Alegre demonstrou que tem implantação na categoria, mas precisa crescer em sua capacidade de ter iniciativas políticas.

Fique por dentro



Cz\$ 30,00



Cz 40,00



Cz\$ 40,00

Para receber
envie um cheque nominal
à Editora Aparte Ltda.
no valor dos livros escolhidos
Rua Francisco Leitão, 57 Pinheiros
São Paulo SP CEP 05414

Dante de Oliveira vai ao Mirad

Quando nada ou quase nada se concede por que não um pouco de demagogia?

O grande proprietário de terras José Sarney continua administrando e legislando em causa própria. Trata de preservar o latifúndio e cuida de isolar as lutas dos trabalhadores e dos pobres do campo não só para esmagá-los politicamente como para exterminá-los fisicamente. É isto que valem e significam os decretos em penca sobre os planos regionais da reforma agrária e a substituição do fraco e inerte Nelson Ribeiro pelo ambicioso e demagogo Dante de Oliveira.

Será que esse Dante vai conseguir o que Nelson Ribeiro não pôde fazer?

Para começo de conversa, é de bom aviso estabelecer uma verdade sobre a estrutura do primeiro escalão governamental: os dois ministérios mais fracos e mais estritamente controlados pelo intacto aparelho policial-militar herdado da ditadura são o do Trabalho e o da Reforma Agrária. Por definição, são os ministérios mais de fachada, mais policiados e de menor autonomia. Em verdade, seus titulares são ministros de segunda classe e seu desempenho não depende de valor ou capacidade pessoal de trabalho — porque de fato não têm autoridade alguma. Como personalidades, só interessam pela ingenuidade política — o que é inadmissível em um ministro do Estado — ou pela convivência no engodo e na farsa, pois se prestam a representar tão desmoralizante função.

É o caso do pobre senhor Pazziano, que já escreveu mais de uma dúzia de textos de lei de greve, todos anulados pelo veto dos generais Ivan e Denys, do SNI e do Conselho de Segurança. Dá para ver que Pazziano está sendo posto de lado porque já não serve mais, desgastado pela perda crescente de credibilidade. Em seu carreirismo, agarrou-se no rabo do foguete do “pacote econômico”. Comprometeu-se até a raiz do cabelo com o confisco salarial. Não pode mais enfrentar uma assembleia sindical. Não pode avançar nem recuar. Está sobrando.

O caso de Nelson Ribeiro

O caso de Nelson Ribeiro foi mais rápido. Quando o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi arquivado por exigência ostensiva dos latifundiários (ver análise em nosso jornal) e substituído por um outro elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional assessorado pelo representante dos latifundiários, o ministro sofreu um duplo desgaste. Ficou reduzido à humilhante condição de signatário de textos e idéias de outros e foi colocado em contraste com a atitude altiva do presidente do Incra, José Gomes da Silva, que pegou seu boné e saiu do governo. As coisas estão no mesmo pé que nos tempos do general Venturini, o homem que militarizou a questão da terra neste país. Nelson Ribeiro preferiu ficar.

No caso dos planos regionais, a situação agravou-se ainda mais. O poeta e escritor José Sarney, imortal e inédito

Substituição do ministro da Reforma Agrária, decretação de planos regionais que põem fim às “áreas prioritárias”, formação de comissões agrárias “tripartites” e retomada de velhos planos de colonização: o governo Sarney vai fechando o cerco à reforma agrária.

Isaac Akcelrud



Sarney: “Eu vou mudar tudo. A reforma é prá valer”

até a tragédia de Tancredo, se propôs a corrigir o português do seu ministro. Nelson Ribeiro, antes tachado de incompetente no caso da área prioritária de Londrina (foi acusado de querer desapropriar o município inteiro), agora foi apontado como signatário de um texto mal redigido. Foi engolindo um sapo depois do outro. Submeteu-se passivamente a todas as exigências do triunvirato da “Nova República” — os generais Ivan e Denys e o ministro Marco Maciel. Pediu demissão na hora em que lhe deram o sinal para fazê-lo. Na verdade, foi mandado embora.

O fim das “áreas prioritárias”

A situação não mudou em nada com a ascensão de Dante de Oliveira, cujo destino é o mesmo. Já recebeu a primeira advertência do general Leônidas, ministro da Guerra, que não compareceu a sua posse. Foi uma alusão às origens políticas do novo titular da Pasta da Terra. O homem veio do MR-8. Foi treinado para servir às classes dominantes.

Os trabalhadores da roça não podem esperar a terra porque Dante é ministro pela simples razão de que nunca receberão a terra das mãos da burguesia. Terão que conquistá-la em aliança com a classe operária urbana.

Os decretos sobre os planos regionais não são mera formalidade burocrática, mas medidas calculadas para entorpecer, dificultar, atrasar e reduzir a pouco mais que nada qualquer medi-

da prática em benefício dos lavradores sem terra ou com pouca terra. O governo está tergiversando em benefício do latifúndio. Com a mão boba, subrepticamente, Sarney modificou para pior o próprio Estatuto da Terra, editado pela ditadura militar. Reincidente, já fez disso antes.

De saída, acaba com a definição prévia das áreas prioritárias para a Reforma Agrária. Parece um avanço, pois agora todo o território de cada Estado se torna “prioritário”. Quer dizer, na prática, nada é prioritário de verdade. O professor José Grazziano da Silva, um dos mais competentes estudiosos dos problemas agrários deste país, mostra que tal medida só é boa para o latifúndio. A delimitação de áreas prioritárias impedia a dispersão dos assentamentos, isolando-os uns dos outros e localizando-os nas piores terras; permitia concentrar esforços no setor reformado (crédito, assistência técnica, preços mínimos etc); finalmente, fazia cair o preço da terra nas áreas destinadas à desapropriação, o que significaria desapropriar mais terras com menos dinheiro (Ver suplemento do *Jornal dos Sem Terra*, maio de 1986, São Paulo).

As comissões agrárias de Sarney

Outra inovação de Sarney está na instituição imediata das comissões agrárias, o que a lei deles mesmos pre-

via, posteriormente à escolha das áreas prioritárias. É mais uma vantagem para a política de chutar a reforma agrária para corner, de acordo com a tática dos latifundiários. Pois, essas comissões terão que escolher as terras destinadas à desapropriação. Isto vai levar séculos, conforme indica a composição das comissões: três membros do governo, três dos latifundiários e três dos trabalhadores. Os representantes do governo e os do latifúndio formam uma bancada só. Os delegados dos trabalhadores terão que ser indicados e não eleitos, saindo da Contag e das Federações, onde o que não falta são pelegos.

Mas isto não é suficiente, pois as comissões carecem de poder decisório. Suas indicações vão dormir nas gavetas do ministério, sob o olhar vigilante de Dante, depois serão conferidas pelo SNI e pelo Conselho de Segurança Nacional. Só após passar por este crivo, é que a papelada vai a Sarney. Após tudo isso, o latifúndio ainda conta com a válvula de segurança da justiça. O latifúndio vem apelando aos tribunais, mesmo quando é visível que vai perder, para atrasar o processo, desconrajar a luta dos trabalhadores rurais. Assim funciona o Estado capitalista.

A tática de Sarney tem um ponto em comum com a do governo Figueiredo. O presidente eleito pelos generais e o presidente saído do Colégio Eleitoral colocam a etiqueta de reforma agrária na legitimação de posses e na simples regularização fundiária. Isto carrega dinheiro para os latifúndios em pagamento de terra que não lhes pertenciam.

Velho plano militar

Empurrando os trabalhadores para as piores terras (as que os latifúndios cedem de bom grado por dinheiro e títulos), o governo desapropria áreas no norte, segundo o velho plano militar de deslocar os trabalhadores necessitados de terras para regiões de fronteira e áreas de desbravamento, sem a menor infra-estrutura. É um massacre disfarçado para abrir caminho à penetração capitalista no campo.

Multiplicam-se os sinais de que os camponeses compreendem que chegou a hora das medidas práticas de autodefesa contra os bandos militarizados a serviço do latifúndio. Os sindicatos rurais precisam desatrelar-se do ministério do Trabalho para organizar a resistência dos trabalhadores rurais, associados aos sem terra. Neste contexto, está claro para todos que a grande burguesia está com o latifúndio do qual é sócia e parceira. O único aliado seguro e firme do trabalhador da roça é o operário das fábricas, organizados nos seus sindicatos independentes e no seu partido de classe. Essa é a única combinação de forças que poderá ajudar a resistência a uma falsa reforma agrária em favor do latifúndio e organizar a imensa força social que desperta nos campos para a conquista da terra sob o controle dos próprios trabalhadores.

Grilagem e latrocínio

A GUERRA SUJA DO LATIFUNDIO



Resgate dos corpos dos posseiros assassinados em Marabá-PA em 27/09/85

O caráter de classe, bárbaro e repressivo, da transformação capitalista no campo revela-se em toda a sua crueldade na guerra suja do latifúndio contra os trabalhadores rurais e os posseiros vítimas do latrocínio e da grilagem. A violência no campo enche de indignação e revolta milhões de trabalhadores da cidade e do campo. É uma denúncia viva e irresponsável contra a selvageria das classes dominantes.

O assassinato de tocaia, pelas costas, premeditado em sua covardia nos mínimos detalhes, abatendo o Padre Josimo Morais Tavares, foi a gota de sangue que fez a taça transbordar. A santa ira das massas rurais inspira coragem e destemor aos padres ligados ao povo e a hierarquia viu reduzidas as possibilidades de conciliação com o poder dos representantes, sócios e cúmplices do latifúndio.

A luta pela terra, no nível já atingido em nosso país, se constitui num desafio aberto à propriedade monopolista da terra pelos latifundiários aburguesados. O capitalismo leva a luta de classes ao campo no exato momento em que o proletariado urbano atinge novo patamar de organização combativa e independente. Todos os fatores objetivos se combinam para forjar a aliança operário-camponesa. É o que a violência no campo quer impedir, mas só consegue acelerar. Padre Josimo era mais do que um símbolo — organizador dos camponeses, organizador do Partido dos Trabalhadores, em pleno império do latifúndio. Ele não morreu em vão.

Cemitérios clandestinos

A repressão no campo não se limita às vítimas recenseadas. Não se tratam apenas de tocaias esporádicas, na prática do homicídio seletivo para livrar os senhores da terra de lideranças incômodas. Não é só isso. Estamos diante de uma repressão em massa, indiscriminada que começou na esteira da repressão à "guerrilha do Araguaia". São milhares de vítimas insepultas, cujos cadáveres são encobertos pela vegetação tropical. Existem também os cemitérios clandestinos. O governo sabe de tudo, informado pelos seus próprios pesquisadores.

No ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, funciona uma Coordenadoria de Conflitos Agrários que fez o levantamento da violência no campo de 1º de janeiro a 22 de maio de 1986. Foram relacionados, em pouco mais de quatro meses, cem homicídios dolosos de trabalhadores rurais, trinta ameaças de morte "dirigidas por latifundiários e seus prepostos contra trabalhadores rurais, dirigentes sindicais,

clérigos, funcionários do Mirad e do Incra".

A análise da macabra estatística acusa um crescimento de 53,8% sobre o número de mortos no mesmo período do ano passado. É um frio cálculo de safra. Esse registro se refere a 46 municípios em 14 estados e detecta o surgimento do crime organizado. É quando e onde passa a ser citada com frequência expressiva a União Democrática Ruralista (UDR), que levanta recursos em grandes leilões de gado de raça doado pelos latifundiários para comprar armas e votos para garantir sua bancada na Constituinte.

Do total de cem mortos, diz o relatório oficial, 78 foram assassinados em luta por terras públicas e privadas e 20 na disputa de terras indígenas. Não foram incluídos os casos em que não foram encontrados os cadáveres. Suspeita-se fortemente da existência de cemitérios clandestinos no sul do Pará e no Vale do Grajaú no Maranhão. Aí a pesquisa para exatamente onde deveria avançar.

Os pesquisadores do governo reconhecem que os crimes são estimulados pela certeza de impunidade. Mesmo quando um processo é aberto, em inúmeros casos os autos do processo desaparecem e o assunto é encerrado. O relatório governamental não pode deixar de indicar sinais duma obscura e ainda desconhecida resistência. Mas a verdade é que os camponeses não se deixam matar como cordeiros. Assim, aquela centena de vítimas tem algumas parcelas bastante diferenciadas. Provavelmente tocaiados, são 51 camponeses, a maioria absoluta, prova da iniciativa do latifúndio numa bem provável confrontação armada. Seguem-se, sete grileiros mortos — justicados pelos cam-

poneses já que o Estado cruza os braços, em conivência com o crime. Aos grileiros juntam-se os cadáveres de quatro prepostos que não foram abatidos pelos patrões mas em companhia deles. A parcela mais eloqüente é a dos treze pistoleiros mortos. Esses matadores profissionais são responsáveis por 52 crimes, cujos mandantes são latifundiários, empresas de mineração, empreendimentos imobiliários e agropecuários. O relatório é omissivo sobre as multinacionais. Mas elas estão na área.

UDR, "A Solução"

A UDR foi denunciada frontalmente ao próprio Sarney pelos bispos das dioceses goianas. Informaram sobre "a conivência da Polícia Militar (do Maranhão, Goiás e Pará) com associações de fazendeiros, como a UDR, que formam milícias de pistoleiros, criando um clima de terror".

Só nessas dioceses, em 1986, foram mortos doze trabalhadores rurais. Ameaças e atentados visaram dezenas de outros, inclusive nove agentes pastorais, quatro sacerdotes, duas religiosas, três leigos. A PM acoberta os pistoleiros, praticando arbitrariedades e violências. No dia do assassinato do Pe. Josimo, 150 fazendeiros da UDR estavam reunidos em Imperatriz. Lembraram os bispos que o *Correio Brasileiro* de 27 de abril trazia uma carta da UDR, ameaçando o Pe. Josimo.

Os pistoleiros são contratados pela "A Solução — Empreendimentos e Serviços em Imóveis Ltda.", com sede à rua Sete, nº 233, Goiânia. O atual presidente é Sebastião Divino de Souza. A empresa foi fundada para explorar o mercado do crime organizado pelo coronel de reserva, Irineu da Silva

Matos. Além dos conhecimentos militares, Irineu acumulou experiência como Secretário de Segurança no governo Irapuan da Costa Jr., hoje deputado do PMDB-GO. Depois vendeu a empresa ao fazendeiro Sebastião.

Mas a UDR não trabalha apenas com pistoleiros e milícias ilegais, criando um poder e um exército paralelos no campo. Articula-se com certas organizações, jornais e políticos. O coordenador nacional da UDR, Ronaldo Ramos Caiado, vangloria-se de ter sido na decisão de Sarney de eliminar a figura das áreas prioritárias nos planos regionais de reforma agrária. Disse publicamente que foi atendido nessa reivindicação encaminhada em dossiê entregue ao ministro Marco Maciel.

Os sapos de Brossard

O fazendeiro Paulo Brossard, ministro da Justiça, ex-estrela parlamentar do PMDB, tentou lavar as mãos diante da onda de assassinatos. Disse aos jornais que a morte do Pe. Josimo era um caso estadual e que ele nada tinha com o assunto. Mas diante do clamor público, Sarney, que tem mais sensibilidade política que seu ministro e colega latifundiário, mandou que ele convocasse os governadores da área para discutir a violência no campo. O sapo maior a ser engolido veio em seguida.

Brossard convocou seis governadores: os do Mato Grosso do Sul e do Norte, Goiás, Bahia, Maranhão e Pará. Só vieram dois. Dos outros quatro, um chegou a alegar que ia "adoecer" no dia da reunião. Ficou claro que a insubordinação dos governadores respalda a intocabilidade do latifúndio na "Nova República". A coisa ficou por isso mesmo. Brossard foi ao Bico de Papagaio.

Dossiê dos Sem Terra



A principal organização independente dos trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, viu esgotar-se rapidamente a primeira edição da impressionante pesquisa intitulada "Assassinatos no campo — Crime e impunidade. 1964 — 1985".

Uma versão muito parcial dos crimes acobertados pela ditadura militar no campo. Foram registrados somente os casos comprovados por documentação e testemunhos seguros. Muitos casos foram disfarçados como crime comum no noticiário policial.

Outros foram proibidos pela censura. Enormes dificuldades tiveram que ser superadas. As três mil cartas enviadas a milhares de sindicatos rurais e entidades ligadas ao campo obtiveram dez respostas.

"Sabemos que esse levantamento não responde às dimensões reais da tragédia, dizem as autoras da pesquisa. As pessoas não falam ou esquecem, as matas cobrem os corpos insepultos dos posseiros trucidados." Está em preparo uma segunda edição atualizada.

3º Congresso da Oposição Metalúrgica/SP

Rumo à conquista do sindicato

O 3º Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo tem tudo para se constituir em um marco na história da categoria. A sua representatividade é inquestionável: participaram cerca de 105 delegados operários, eleitos nas fábricas ou em plenárias de regionais. Nele, estiveram presentes os presidentes das três últimas chapas de oposição à diretoria de Joaquinção, ou seja, Anísio, Rossi e Hélio Bombardi, marcando a continuidade de um trabalho de vinte anos e é exemplo de persistência e combatividade no sindicalismo brasileiro.

O Congresso foi aberto em um clima de forte emoção, com a homenagem póstuma ao militante comunista Gregório Bezerra. Isto porque a diretoria do sindicato havia impedido, quando de sua morte, a realização de um ato de homenagem a Gregório na sede da entidade. Entre os presentes, Devanir (representando a executiva estadual do PT), Luiz Carlos Prestes e sindicalistas combativos de várias categorias. Em um discurso emocionado, Waldemar Rossi homenageou, como militante, ao dirigente comunista Prestes.

Com uma grande unidade — a esmagadora maioria das resoluções foi aprovada por unanimidade — o 3º Congresso deliberou um conjunto de teses sobre a intervenção do movimento operário na conjuntura, sobre o processo de construção da CUT na categoria e sobre os próximos passos da luta no segundo semestre.

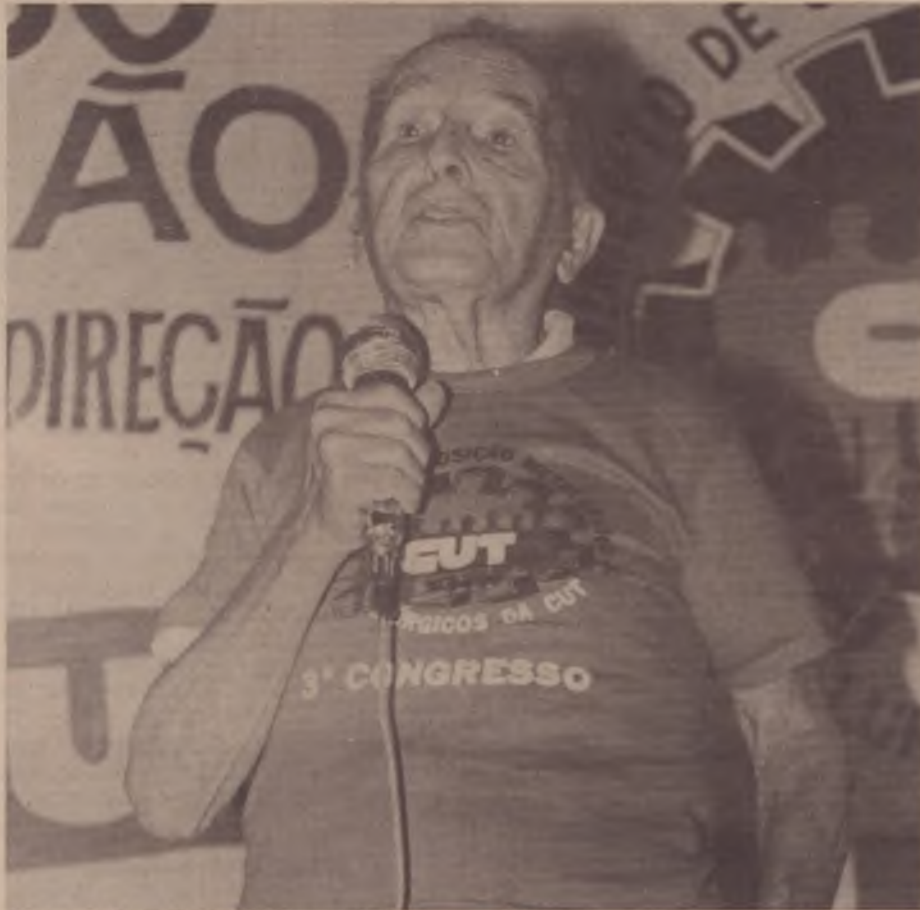
Ao final, foi eleita uma nova coordenação da oposição, composta por 27 metalúrgicos, que dirigirá o trabalho da oposição nas seis regiões em que foi dividida a cidade.

A seguir, uma entrevista com Francisco de Souza, veterano nas lutas da oposição e recém eleito para o Diretório Nacional do PT.



Há um ano das eleições metalúrgicas, a discussão sobre ela começa a ser travada em função da sua importância e da crise que o sindicato já vive, com os rachas da diretoria e tudo o mais. Como você analisaria o quadro geral das forças que hoje estão organizadas na categoria?

Chico — Começo analisando o campo da oposição. Os companheiros que saíram da chapa que disputou as eleições em 1984 tiveram a capacidade de manter o time organizado, com um plano de trabalho e implantação nas fábricas. Já ganhamos duas eleições nas fábricas e perdemos o resultado geral pela força dos metalúrgicos aposentados, que devem estar hoje em torno de dez mil. Podemos dizer que, das úl-



Prestes: todo apoio à oposição metalúrgica

timas eleições para cá, aumentou muito a força da oposição, a sua penetração nas fábricas. E tem o fato de que a CUT é hoje a entidade mais reconhecida na categoria, principalmente após a campanha salarial unificada no final do ano passado.

No campo da diretoria do sindicato, há uma divisão muito grande. Dela participam o PDT, o pessoal ligado ao jornal *A Esquerda*, o PCB, o PC do B, dois diretores que, em algum momento, participaram da oposição. Mas o Joaquinção ainda detém a maioria no interior da diretoria e o controle dos postos-chaves.

Desde a campanha salarial unificada, há um racha entre eles muito grande. Recentemente, foi lançado um boletim para a categoria, encabeçado pelo Luís Medeiros (o atual vice-presidente), seis do PDT e a diretora Nair. O boletim não aborda questões de fundo: o eixo do rompimento é a questão do aparelho, do controle do sindicato. Mas mesmo entre os que racharam existem divergências, pois o Luís Antônio Medeiros recentemente se filiou ao PTB e apóia o Antônio Ermírio de Moraes para governador.

É toda uma situação de dificuldade, na qual o sindicato virou um campo de guerra: há diretores que andam até armados. Se o sindicato antes já não respondia aos interesses da categoria por sua política de conciliação de classes, agora mesmo essa política a diretoria não tem unidade para encaminhar. Isso logicamente fortalece a oposição metalúrgica de São Paulo.

De conjunto, há, então, uma situação mais favorável à oposição do que em outras conjunturas. No, entanto, há um problema novo que provavelmente terá um peso decisivo nas eleições: a questão da unidade das forças de oposição. O último Congresso realizado pela oposição, apesar de muito representativo, não conseguiu reunir

todas as forças que, de uma ou outra maneira, têm referência na CUT.

Chico — Isto é um problema realmente colocado: um conjunto de companheiros não participou do Congresso. Um setor do PT, uma parte da articulação dos 113, já que há setores desta articulação que participaram do Congresso. E o Lúcio Bellantani, da comissão de fábrica da Ford. Embora tivessem participado do processo preparatório do Congresso e até se submetido a votações nas regiões, não acataram a decisão da maioria.

Qual a razão alegada por estes companheiros para não participar do Congresso?

Chico — Num primeiro momento, o argumento foi a forma de estruturação da oposição. No segundo momento, elaboraram uma proposta de congresso dos metalúrgicos da CUT. Após a última reunião da CUT que tratou desta questão, ficou descartada a possibilidade da realização de um Congresso e será realizada uma plenária dos metalúrgicos da capital para o mês de agosto. Vamos participar desta plenária e ela decidirá quem representa a CUT na categoria. Agora, o determinante será a unidade na luta neste segundo semestre, na campanha salarial. Se conseguirmos fazer uma boa campanha salarial, aumentará muito as condições para se construir a unidade.

Na sua avaliação, qual é a divergência política que está colocada?

Chico — O que se discute neste momento é o tipo de chapa que nós queremos para o sindicato. Ou se tem uma chapa que está disposta a levar até as últimas consequências este trabalho de vinte anos da oposição metalúrgica ou se vai haver uma transição por cima no sindicato. Uma tática, por exemplo, de composição com setores da diretoria que estão rachando, para em um segundo momento, impulsionar um processo de depuração para trazer o sindicato para o campo da CUT.

Pelo contrário, o que estamos propondo é conseguir através de um processo unitário de luta, dirigida pela CUT, criar um ambiente de unidade. Haveria uma pressão muito grande das próprias bases da categoria, das fábricas, em favor da unidade em uma chapa da CUT. É nesta direção que apontam as resoluções do nosso Congresso.

Partimos de uma análise, desde o ano passado, que a categoria metalúrgica está sem uma direção efetiva. Existe uma diretoria de direito e várias forças que disputam a direção real, de fato. Esta avaliação levou a uma mudança de tática. Antes tínhamos uma dinâmica de atuação que desembocava todos os encaminhamentos pela diretoria do sindicato ou pelas instâncias que ela convocava. Hoje, estamos adotando uma postura diferente: fazemos a discussão, encaminhamos e vamos à negociação com os patrões através da CUT. Isso já ocorreu em várias greves de fábrica.

Isso sem descartar a participação no sindicato porque também nos organizamos para intervir nos eventos convocados pela diretoria, além de continuar sindicalizando pois temos o interesse de conquistar além da direção de fato, a direção de direito. Neste sentido, para nós a eleição será a homologação de uma situação de fato. Os companheiros que estiverem à frente das lutas, que mais se destacarem, que mais conseguirem organizar os operários nos seus locais de trabalho, serão naturalmente os futuros diretores do sindicato.

Como você avalia os rumos da dissidência da diretoria do sindicato?

Chico — O nosso Congresso evitou estabelecer uma polêmica em torno a hipóteses. Que houve um rompimento aberto para a categoria é verdade, mas que este rompimento existe já sabemos desde a campanha salarial unificada, quando a tática da CUT de encaminhar as questões para a base forçou um setor da diretoria a se diferenciar para não se desgastar perante os trabalhadores. Se estes setores que romperam com a diretoria, ou parte deles, assumissem amanhã a campanha nacional de luta, assumissem a CUT, fossem para as portas de fábricas, estaria dado um fato novo. Mas isso ainda não aconteceu. Posicionamento de discurso não garante nada. Tem que haver uma prática coerente com o discurso que é feito.

Chico, uma última pergunta: como vocês estão se preparando para a campanha nacional de luta?

Chico — Lançamos há alguns dias a campanha "denuncie seu patrão", na qual os trabalhadores telefonam para a sede da oposição apresentando os principais problemas enfrentados por eles em suas empresas. A partir daí, estamos trabalhando na organização dos núcleos de fábrica, das organizações por local de trabalho. E lançamos neste jornal a perspectiva de uma greve geral no segundo semestre. A campanha "denuncie seu patrão" teve um sucesso relativo: recebemos cerca de cem telefonemas da categoria, de fábricas diferenciadas. A partir daí, foram encaminhadas mobilizações, várias reuniões de fábrica. A continuidade desta campanha seguramente vai levar a um nível ainda maior de organização da oposição.

Eletricitários de São Paulo

Convenção lança chapa para derrubar Magri

No dia 22 de maio, em convenção da Oposição Sindical dos Eletricitários, com mais de 300 presentes, foi escolhida a chapa de oposição que concorrerá às próximas eleições no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em setembro próximo.

Hoje, o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo é um dos sustentáculos da CGT. Seu presidente, Antônio Rogério Magri, é estreitamente vinculado ao sindicalismo norte-americano, representando a AFL-CIO no Brasil e participando da Executiva Nacional da CGT.

A Chapa de Oposição é composta por setores ligados ao PMDB, PCB e ao PT, mas basicamente posicionados com a CUT e também a CGT. Os setores ligados à CUT, que compõem a maioria da Chapa, formaram-se a partir das lutas desenvolvidas na categoria, na greve geral em maio de 85, e na greve da CESP, no início deste ano. A participação da CGT na Chapa reflete as contradições existentes naquela central incluindo, inclusive, um membro da atual diretoria.

EM TEMPO ouviu Roberto Fachini, membro da Direção Estadual da CUT e presidente da Associação dos Empregados da CESP, que concorre ao cargo de secretário-geral pela Oposição.

— Qual a importância do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo?

Fachini — São dois aspectos envolvidos. O primeiro é político, decorrente da necessidade de acabar com a utilização da nossa categoria pela política do Magri, de apoio incondicional ao pacote econômico, de apoio incondicional à "Nova República", de apoio à estrutura sindical fascista, contra a Convenção 87 da OIT. Enfim, de irrestrito apoio à política da CGT.

Do ponto de vista da força da categoria, este é um dos sindicatos mais fortes do país, pois compõe uma base de aproximadamente 25 mil trabalhadores (4.500 da CESP, 600 da Furnas e 20.000 da Eletropaulo), que são capazes de fazer parar a Grande São Paulo se fizerem uma greve total. Deste ponto de vista, poderíamos dizer que só o Sindicato dos Eletricitários de Campinas é mais forte, pois pega toda a geração de energia produzida na CESP no interior, que re-



presenta 30% da energia do país.

— Qual é o trabalho desenvolvido pela Oposição?

Fachini — A Oposição tem seu trabalho de base desenvolvido principalmente na organização e na luta travada em cada uma das empresas. Na CESP, a Associação dos Empregados da CESP já dirigiu várias lutas, inclusive, na greve de fevereiro passado, e este é um trabalho de vários anos. Em Furnas, o companheiro Joel, que compõe a chapa, também é reconhecido pelo papel desempenhado no dia-a-dia e em campanhas anteriores. Na Eletropaulo existe a Associação dos Operadores, com um trabalho desenvolvido há vários anos e, mais recentemente, o Conselho de Representantes dos Empregados. Em todos estes organismos, os membros da Oposição têm um papel dirigente.

— Como surgiu a Oposição?

Fachini — A partir da greve geral da categoria, no dia 3 de maio de 85, formou-se o Movimento de Oposição Sindical. Tem que ser ressaltado que esta foi a segunda vez que os eletricitários estiveram juntos, pois o Magri sempre isolou a luta de cada empresa.

— A Oposição sempre foi uma grande composição de diferentes forças políticas.

Fachini — Não. A Oposição sempre foi composta em quase a sua totalidade por companheiros cutistas e alguns companheiros que se colocavam como independentes na questão de central sindical, embora contrários à CGT, como é o caso do Hugo Peres. Sempre defendemos que o programa deveria ser o da CUT e a única polêmica que tínhamos era se haveria ou não o alinhamento a CUT. Nesta questão defendemos que deveria haver o alinhamento à CUT.

— O que mudou para chegar a chapa escolhida na Convenção?

Fachini — A primeira mudança se deu quando apareceu entre os companheiros cutistas a proposta de uma ampla composição com o Hugo Peres na cabeça da chapa, e, em segundo lugar, com a discussão existente dentro do PCB, de se filiar à CUT. Este processo do PCB manifestou-se na categoria com o afastamento do Mauro, da diretoria atual do Sindicato.

Com este quadro foi desenvolvida uma intensa discussão entre os cutistas que chegaram finalmente a uma proposta unitária de garantir na Convenção da Oposição que a maioria da chapa, da executiva e dois dos principais cargos (presidente, secretário e tesoureiro) fossem preenchidos por cutistas.

Na convenção, a composição já era um fato, assim como o funcionamento colegiado da chapa, mas permanecia a divergência sobre a presidência da chapa. Nós defendemos que a presidência fosse da CUT. A proposta obteve 40% dos votos, apoiada por cutistas e independentes, 60% da Convenção, representada por setores do PMDB, PCB, independentes e também por cutistas, escolheram Hugo Peres para a presidência da Chapa.

— E agora?

Fachini — Numa Convenção democrática e, inclusive, com votos de companheiros cutistas, foi tomada uma decisão que deve ser acatada. Agora, é arregaçar as mangas, ganhar as eleições, garantir o funcionamento colegiado da diretoria e juntar os eletricitários ao movimento dos trabalhadores, com a filiação do nosso Sindicato à CUT.

Fraudes impedem eleições na UNE

Depois de inúmeras denúncias de irregularidades e fraudes comprovadas nas eleições da UNE, duas chapas ("Pra Sair Dessa Maré — oposição na UNE" e "Arrebrantar a Boca do Balão! — oposição") se retiraram do processo eleitoral, negando qualquer legitimidade à atual diretoria para continuar encaminhando as eleições.

As evidências de fraude foram desde a inscrição de escolas inexistentes e distribuição "viciada" de cédulas para favorecer a chapa "UNE Livre" (apoiada pela maioria da atual diretoria da entidade e composta em sua maioria por apoiadores do PC do B), até o boicote às UEE's dirigidas por apoiadores das outras chapas, e que regimentalmente seriam as comissões eleitorais em seus Estados, como foi o caso de SP, RJ, PE e PR.

As chapas que se retiraram do processo propuseram inicialmente a suspensão do processo eleitoral em São Paulo, onde eram mais evidentes os casos de fraude. Com o maior colégio eleitoral do país e onde as eleições da UNE seriam simultâneas às eleições da UEE-SP (em data, registro de escolas, votação e apuração), os estudantes Adriana Saker e Carlos Watanabe, respectivamente diretores das chapas UNE Livre e UEE Livre, apresentaram à comissão eleitoral, no último dia de inscrição (1º de junho) cerca de cem escolas do interior do Estado. Um levantamento inicial, realizado pela comissão eleitoral da UEE-SP no dia 3 de junho, revelou que dez dessas escolas, numa amostragem de treze, não estavam de fato inscritas por suas entidades, ou simplesmente não existiam.

O movimento depois das eleições

O significado destas eleições para o movimento estudantil certamente não ficará restrito ao desgaste da atual diretoria. Sem dúvida, ela será denunciada a responsabilizada pela fraude e sairá profundamente desgastada deste processo, os apoiadores do PC do B, depois de se posicionarem contra as diretas, ante a iminência de perder o controle da entidade que

dirigem desde a reconstrução em 1979, não hesitaram em expor a UNE a um processo eleitoral sem a menor credibilidade.

Se as eleições diretas representaram, pelo menos a nível da vanguarda do movimento estudantil, uma oportunidade de recuperação da legitimidade da UNE frente aos estudantes, este processo de fraudes coloca em novo patamar a crise do movimento estudantil, particularmente da UNE.

A recuperação da UNE enquanto uma entidade de luta dos estudantes torna-se ainda mais difícil. A perda de referência dos estudantes na UNE é aprofundada pela atual diretoria, que visa apenas manter a política de atrelamento do movimento estudantil ao governo da "Nova República" e continuar a UNE como aparelho de sua posição política.

Garantir a unidade da UNE

As chapas que se retiraram ("Pra Sair Dessa Maré — oposição na UNE" e "Arrebrantar a Boca do Balão" estão propondo a convocação de um CONEG — Conselho Nacional de Entidades Gerais, que reúne todos os DCE's do país — para o início de julho, onde será marcada a data das novas eleições, possivelmente em setembro e que dele seja retirada uma comissão eleitoral composta por todas as forças do movimento para encaminhar as eleições. Apesar desta posição ter prevalecido na grande maioria das escolas, com a eleição não ocorrendo no 2º dia (05/06) ou nos locais em que ocorreram não sendo apuradas (como nos Estados do RS, PE, PA, MA, PR, RJ etc.), a diretoria da UNE insiste em empossar a diretoria "eleita" e em afirmar que o processo eleitoral transcorreu normalmente.

A impugnação destas eleições pelo CONEG, com a convocação de um novo processo para setembro, é indispensável para que a UNE possa recuperar minimamente sua credibilidade frente aos estudantes. Se isto não acontecer, estará em risco a unidade que a UNE garante há mais de cinquenta anos.

História

Aqui começou a ruir o

Há trinta anos, o XX Congresso do PCUS abria uma nova era na crise do movimento comunista internacional.



O XIX Congresso que se desenvolveu do dia 5 a 14 de outubro de 1952 havia sido um modelo do gênero: adoção por unanimidade de decisões já tomadas e eleição de dirigentes já indicados. Vejamos, como exemplo, como o número especial da revista do Partido Comunista Francês, *Cahiers du communisme*, de novembro de 1952, descrevia a sessão de abertura: "Eram sete horas da noite. Os delegados saudaram com aplausos prolongados a chegada à tribuna do camarada Stalin e de seus fiéis companheiros, os camaradas Molotov, Malenkov, Vorochilov, Boulganine, Béria, Kaganovitch, Khrouchtchev, Andreev, Mikoyan, Kossiguine. Todos se levantaram (...) Os delegados ao congresso exprimiram através de uma ovação calorosa seus sentimentos de afeição e de devotamento em relação a Joseph Vissarionovitch Stalin, guia genial do Partido Comunista, do povo soviético e de toda a humanidade progressista."

O funcionamento é bem azeitado, os discursos sucedem aos discursos, testemunhando todos os grandes sucessos passados e que virão, aprovando todos a linha política e o trabalho prático do PCUS. Um certo Brejnev "mostrou através de exemplos surpreendentes as imensas transformações socialistas que se produziram nos últimos anos na Moldávia". "Os delegados acolheram com aplausos entusiásticos e prolongados o camarada Béria, um dos mais próximos companheiros do grande Stalin. N. Khrouchtchev, secretário do Comitê Central, apresentou a resolução sobre as modificações nos estatutos do PCUS.

Alguns meses mais tarde, sem consideração com os numerosos desejos de longevidade que lhe foram prodigalizados, Stalin morreu (a 5 de março de 1953). A organização dos funerais foi confiada a uma comissão presidida por Khrouchtchev. Malenkov acumula as funções de primeiro secretário do partido e de presidente do Conselho. Não por muito tempo... Ao fim de alguns dias, ele efetivamente abandonaria a

secretaria do partido. Um ano mais tarde, ele se demite da presidência do Conselho. Béria, o homem da KGB, foi fuzilado oficialmente em dezembro de 1953, ao final de um processo secreto. Após ter colocado fora de combate seus dois mais sérios concorrentes ao poder, Khrouchtchev podia agora cavalgar a "direção coletiva" que deveria substituir Stalin.

Durante os três anos de degelo que vão subverter a vida soviética, não há grande coisa de novo na URSS para os comunistas de todo o mundo. Mas para o soviético médio, é outra a realidade: da noite para o dia, o nome do falecido guia desapareceu dos jornais e das revistas, enquanto que os discursos oficiais insistiam enfaticamente sobre o princípio do colegiado. Sobretudo, o novo presidente do Soviete Supremo (o chefe de Estado), Vorochilov, promulga a 28 de março de 1953 um incrível decreto de anistia relativo às mães, às crianças, aos jovens de menos de dezoito anos, às mulheres grávidas, aos doentes, aos velhos... São igualmente anistiados todos os condenados a menos de cinco anos. Os outros tiveram as suas penas reduzidas à metade (salvo os assassinos, os contra-revolucionários e os grandes ladrões).

Milhares e milhares de detidos começam a reaparecer entre eles. Eles narraram o que foi o Gulag e cantavam loas à nova direção, como testemunha esta música anônima, *Canções subterrâneas*: "Cedo de manhã você acordará, você abrirá o jornal, à última página você achará estas palavras de ouro: é Klin Vorochilov que nos outorga a liberdade e agora, livres, vocês nos verão..."

Ao mesmo tempo é decretada uma baixa geral dos preços de 5 a 50% e começam a ser reabilitadas algumas vítimas de Stalin.

O degelo se afirma também na política externa, comp o comprovam as negociações na guerra da Coreia e sobre a questão alemã. As relações são reatadas com a Iugoslávia de Tito, após uma viagem de Khrouchtchev a Belgrado, o qual afirmou que tudo o que se

passou era devido à Béria...

A liberalização atinge enfim o plano cultural: Erhenburg publica *O Degelo* em 1954, enquanto são autorizadas peças de teatro que nunca haviam sido encenadas antes.

Em julho de 1955, o Comitê Central do PCUS decide a realização do XX Congresso. Ele se realiza no Kremlin de 14 a 25 de fevereiro de 1956. Ninguém esperava este congresso e, oficialmente, ele se passou sem nada de importante. A resolução de atividade do Comitê Central apresentado por Khrouchtchev é adotado por unanimidade, do mesmo modo que as diretivas para o sexto plano quinquenal apresentadas por Boulganine. Só dois oradores ousam citar o nome de Stalin: entre eles, Mikoyan para criticar sua obra sobre os problemas econômicos do socialismo, que ele havia colocado nas nuvens no congresso passado.

Algumas intervenções fizeram alusão ao "culto da personalidade", mas de forma muito asséptica. O congresso elege os organismos dirigentes: o presidium é pouco alterado e todos "os camaradas próximos de Stalin" (Vorochilov, Molotov, Kaganovitch, Malenkov etc), permanecem. Khrouchtchev



continua primeiro secretário. O relatório da comissão de controle informa que sobre os 1.355 delegados, 31% aderiram antes de 1930, dos quais 22 antes de 1917 e 60 entre 1917 e 1920... Somente alguns conheciam assim a verdadeira história da revolução russa...

E depois rumores começam a se propagar em Moscou. Khrouchtchev teria pronunciado um discurso a portas fechadas.

O discurso de Khrouchtchev

Em seu discurso, Khrouchtchev havia acusado diretamente Stalin de ser responsável pela deportação de milhões de inocentes, pelo massacre da fina flor do Partido, por erros grosseiros e criminosos durante a guerra. Em alguns dias, toda Moscou sabia disso, apesar da imprensa continuar muda.

Depois, a informação chegou aos militantes comunistas de diversos PCs por intermédio de militantes vindos das democracias populares (especialmente a polonesa) e que possuíam o texto do relatório secreto. A 4 de junho de 1956, o *New York Times* publica o relatório

secreto (recuperado na Polônia pela CIA) seguido, alguns dias mais tarde, pelo *Le Monde*.

Diante de delegados literalmente traumatizados, Khrouchtchev leu o "Testamento de Lenin" e sua última carta onde este ameaça romper toda relação com Stalin. Ele o acusa em seguida de haver criado a noção do "inimigo do povo" e de haver massacrado milhares de inocentes, entre eles 70% do Comitê Central eleito no XVII Congresso. Stalin é responsável pela morte



de Kirov em 1934 e dos grandes expurgos que se seguiram. Ele é responsável pelos desastres militares de 1941-1942, após haver liquidado os melhores quadros do Exército Vermelho e de ter ignorado os preparativos nazistas. Ele ordenou torturas físicas contra os detidos, ele fez deportar nações inteiras, ele é responsável pelo culto da personalidade. Enfim, ele se dedicou a liquidar os velhos membros do burô político...

Este relatório explosivo não foi jamais oficialmente publicado, mas foi comunicado aos partidos irmãos e lido diante de todas as instâncias do partido soviético, inclusive na base. Exemplos datilografados circularam de mão em mão. É este relatório que fez do XX Congresso um congresso verdadeiramente histórico.

Revelações de detalhe

As "revelações" são pouco numerosas e de detalhe. O essencial dos crimes enumerados havia sido denunciado por Trotsky e pela Oposição de esquerda. Em contrapartida, podem ser notados silêncios muito eloquentes: as vítimas de Stalin, horrivelmente torturadas e reabilitadas, são frequentemente obscuros cúmplices que serviram a ele. Não há a reabilitação dos dirigentes históricos da revolução, eliminados após o processo de Moscou ou assassinados no estrangeiro como Trotsky. Não há uma palavra contra os crimes anti-semitas estalinistas (especialmente entre 1948 e 1952). Não há nada sobre a política do Komintern — ditada por Stalin — que conduziu à catástrofe do PC chinês, alemão ou espanhol (para não falar dos outros). Não há explicação coerente para o "culto da personalidade" que não começou em 1934...

A verdadeira revelação é que as verdades parciais tinham sido anunciadas pela primeira vez do alto da tribuna do Partido.

Mas por que Khrouchtchev correu o risco de atacar publicamente aquele que ele e todos os seus camaradas haviam servido durante tanto tempo sem

do PCUS

grande mito de Stalin

Pela primeira vez, um dirigente soviético evocava as práticas que Trotsky havia denunciado há muito tempo.

descuidar? Há uma razão bem simples para isso: não era mais possível governar como antes. O fim do reino de Stalin foi literalmente louco e os mais importantes dignatários não estavam jamais seguros de não serem presos no dia seguinte. A burocracia aspirava uma segurança de emprego, enquanto que os progressos econômicos e culturais do país contrastavam com o nível de vida medíocre da população e a indignância da cultura oficial.

Aposta arriscada

Khrouchtchev jogou, sem dúvida, um papel importante na luta de fração que dividia a direção e obteve no último minuto a autorização para ler seu relatório na noite de 24 ou 25 de fevereiro. Lembremos que os seus oponentes não se desarmaram e que no XXII Congresso (agosto de 1961), eles foram arrasados pela fração Khrouchtchev, que os acusou publicamente de crimes atrozes em convivência com Stalin. Estes oponentes, o famoso "grupo anti-partido", englobava exatamente todos os membros titulares do presidium (antigo burô político) eleito no XX Congresso, com exceção de Khrouchtchev, de Mikoyan e de Béria, pretensamente fuzilado após um processo em dezembro de 1953. (De fato, de acordo com as revelações sucessivas de Khrouchtchev, ele foi eliminado, ou mesmo estrangulado, por um oficial superior em meio a uma sessão do presidium do



A última manifestação do culto a Stalin: os seus funerais

Comitê Central de 26 de junho de 1953).

Porta-voz da ala dita "liberal" da burocracia (porque comprometida de uma forma menos profunda com os crimes da era estalinista), foi fácil à Khrouchtchev compreender que tomando a dianteira e acusando o ditador e seu servo amaldiçoado Béria de todos os pecados, ele orientava a cólera popular sobre um cadáver salvando o regime e a sua própria pele. Era uma

aposta arriscada. Mas valia a pena.

Após ter cumprido seu papel de forma trapalhona e às vezes imprevisível, Khrouchtchev foi convidado a pedir demissão a 16 de outubro de 1964 "em razão de sua idade avançada e de seu estado de saúde" por um presidium do Comitê Central, onde não faltavam nem os idosos nem os doentes. Sob Brejnev, a URSS pós-estalinista se estabilizou. Stalin foi parcialmente reabilitado, os membros do grupo "antipar-

tido" excluídos foram discretamente reintegrados, os campos de Gulag (particularmente vazios) foram cuidadosamente conservados. A ditadura sangrenta de Stalin sucedeu uma cinzenta ditadura burocrática.

A democratização da URSS pelo alto se revelou um mito, como o deveriam confirmar mais tarde as experiências polonesa, húngara ou tcheca. O partido e a burocracia que controlam totalmente o Estado e a sociedade defenderam selvagemmente seu poder. A democratização não poderia nascer senão de um movimento autônomo de massas. Porém o "regelo" que se pode observar sobre Brejnev e seus sucessores não significam um retorno ao estalinismo.

Não é o terror o que explica a estabilidade atual do regime, nem a onipresença da KGB. Toda uma parte da população se acomoda na vida monótona, apolítica, isenta de riscos que a burocracia hoje lhe oferece. Partindo deste estado, de fato algumas vezes se elevam na URSS para fazer uma crítica de esquerda da burocracia e dissipar toda ilusão sobre as virtudes de sua ala "reformadora".

Porém, apesar de tudo, o XX Congresso teve um grande mérito. Alguns meses após ter denunciado Stalin, a nova direção "liberal" esmagou a revolta dos operários húngaros. Ela demonstrou, assim, ao mundo que, apesar das mudanças, certas esperanças não seriam permitidas.

O relatório K. no Brasil

Isaac Akcelrud

Trinta anos depois, permanece aparentemente intacto o escândalo maior do movimento comunista mundial: o documento mais importante do XX Congresso do PCUS, lido a portas fechadas e aprovado em sigilo de clandestinidade, foi divulgado em primeira mão pela nau capitânea da imprensa imperialista, o *New York Times*, enquanto os autores responsáveis pelo documento e sua aplicação, seus vassallos políticos e anexos, não só silenciam sobre ele como lhe negam existência real. Mais um sintoma de trégua tácita e acordo implícito entre a burocracia e o imperialismo. A coexistência, nem tão raramente assim, implica em convivência.

Tais negações e manipulações, entretanto, não conseguiram impedir que o relatório K. apareça cada vez mais claramente como o primeiro sintoma da crise agônica do estalinismo. Um império ideológico medieval começou a desmoronar. Desencadeou-se um processo crítico incontornável porque em escala de massas. Aqui, no Brasil, uma das primeiras questões colocadas foi a seguinte: "como é que uma estrutura socialista pode produzir uma sangrenta e impune ditadura pessoal? Ou não é socialismo ou a história está mal contada".

A primeira reivindicação era uma discussão livre e aberta, do vértice à base, tanto para apurar a verdade sobre os crimes de Stálin como para identificar autocríticamente sua influência deletéria em nosso próprio partido. O "sábio Comitê Central" e seu infalível "núcleo dirigente", bem como seu "guia genial" caboclo estavam paralisados. Passou-se um crítico ano de impune ataque diário da reação, sem que pudéssemos dispor de um só dado, por mínimo que fosse, para responder ao cerrado ataque da reação. Até que se chegou à evidência: a verdade, no caso, não estava na *Pravda*, mas no *New York Times*. A direção, pilhada em flagrante de sonegação e mentira, tornou-se indigna da confiança dos militantes, perdeu autoridade política e credibilidade moral. Começou a rebelião.

Por cima da direção e contra sua vontade, desencadeou-se o debate nos órgãos centrais da imprensa do PCB. O ilustre positivista Luiz Carlos Prestes, então no posto de "guia amado" destes trópicos, retrucou que "o partido não é um clube de discussão". Sem querer, colocou na ordem do dia a questão do direito de tendências no partido, pondo o monolitismo em che-

que. Foram publicados dezenas de artigos e cartas de militantes de base e quadros de todos os níveis. Espírito crítico, audácia e independência política, coragem revolucionária começaram a substituir a estagnação e a obediência passiva. O processo foi interrompido pela invasão da redação da *Imprensa Popular* pelo esquadrão punitivo organizado por Lincoln Oest, como especialista militar, e pela sra. Clotilde Prestes, como portadora de sangue azul para legitimar a agressão.

Os limites do Movimento Renovador

A facilidade com que o Movimento Renovador se deixou destroçar não lhe reduz a importância e o alcance. Ainda está por fazer a releitura dos artigos, cartas e depoimentos daquele primeiro debate paralisado a tapa. Ainda não nos tínhamos libertado dos velhos atalhos e não estávamos equipados para encarar uma situação nova, para fundamentar uma nova postura e elaborar uma nova experiência. A crítica de que éramos capazes ainda estava condicionada e viciada pelos preconceitos e limitações da estreiteza estalinista. Era uma coragem política desarmada teoricamente.

O "socialismo num só país" e o etapismo que atribui um papel positivo à burguesia "progressista", nas condi-

ções do capitalismo tardio e dependente na época do imperialismo, contaminavam de estalinismo remanescente a dissidência rebelada. Com Agildo Barata, fundamos um semanário significativamente batizado de *O Nacional*. O principal era o país, a nação. A luta de classes era o secundário e acessório. O estalinismo formou uma camada de "assessores de esquerda" para enfeitar o discurso nacionalista dos políticos burgueses. Eles são facilmente reconhecíveis no Brasil. Alguns estavam em nosso meio. Os que não se prestaram a esse papel, tiveram que enfrentar a tarefa dum ajuste de contas em regra com suas próprias concepções estalinistas.

O que sobrou de organizado do estalinismo não tem condições de resistir ao desenvolvimento da luta de classes. Não é apenas a exclusão de Prestes ou a multiplicação das siglas. A vergonha e desonra definitivas está na adesão escancarada à Aliança e à "Nova República", como apêndices de burguesia.

Em resposta a Pomar e Dirceu

Polêmica

Um debate equivocado e sectário

O texto "Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT", de autoria de Wladimir Pomar e José Dirceu, acaba de ser publicado como um folheto, após ter circulado por vários meses no interior da "Articulação". Este texto foi um instrumento central na recente campanha contra a esquerda, conduzida por um setor da atual direção do partido. É também importante porque explicita algumas posições de seus autores.

José Leite

O texto abre explicitando já claramente, em sua primeira página, como Wladimir Pomar e José Dirceu vêm hoje as "tendências organizadas" e seu papel no PT. O PT cresceu, enfrenta novos desafios e tem que avançar em suas definições para respondê-los. Por outro lado, as correntes organizadas, os "grupos políticos sectários", têm "um corpo sistematizado de idéias em torno dos principais problemas que enfrentamos", mas elas não são consideradas como parte legítima do PT e o restante do texto é a tentativa de desqualificar suas posições e propostas políticas. Isto porque "o PT corre o risco de ver muitos de seus militantes abraçarem as respostas prontas e acabadas de grupos políticos sectários".

Para evitar que isso aconteça, Pomar e Dirceu recriam, de forma muito criativa, a história e as posições destes grupos, até torná-las irreconhecíveis. Mas, ao invés de determo-nos sobre a mitologia que criam, buscaremos utilizar seu texto para analisarmos suas propostas afirmativas e confrontarmos, em alguns aspectos, com nossas posições. Eles pretendem criticar as posições da esquerda sobre três questões: o "socialismo", a "transição conservadora" e a "construção do partido".

A tática na transição

Começamos pela questão da transição conservadora. Após citar trechos pinçados dos textos de análise de conjuntura da DS e do PRC, Pomar e Dirceu começam a adjetivá-los. Eles "não contêm um mínimo de análise de classes, as organizações "andam às cegas no quadro conjuntural e sempre atrasadas em relação aos movimentos táticos da burguesia", substituem análises de conjuntura por "proposições táticas doutrinárias", superestimam permanentemente a experiência e o amadurecimento político das massas, consideram que ela "está sempre pronta e naturalmente revolucionária", na dependência apenas do fator subjetivo, da política certa ou errada da vanguarda", e assim por diante. Depois de uma longa lista de desvios, o texto chega ao centro do problema: as organizações elegeram um eixo tático que consideram errado, a desestabilização do processo de transição conservadora. Esta é uma palavra de ordem extremamente irresponsável porque "apesar de não dizer explicitamente, parte da premissa que existe ou está amadurecendo rapidamente uma situação revolucionária". Para os autores do texto, "a luta pela desestabilização da Nova República como objetivo tático central só pode colocar-se na ordem do dia quando as massas tiverem perdido as ilusões nesse tipo de dominação burguesa, quando houverem acumula-

do forças suficientes no lado operário, democrático e popular para o confronto decisivo e quando o PT estiver suficientemente preparado para dirigir esse processo".

Não temos aqui espaço para privilegiar a discussão desse tema e por isso vou apenas colocar alguns pontos: a esquerda do PT não entende por desestabilizar a transição, derrubar o regime abrindo uma situação revolucionária (e os autores do texto estão cansados de saber disso, inclusive na medida em que este tema foi amplamente discutido nas convenções do PT de 1985). Desestabilizar o processo de transição significa apenas impedir a consolidação de um novo regime conservador, criando um quadro político mais instável, mais disputado, mais favorável ao avanço da luta dos trabalhadores. A existência de regimes políticos instáveis é muito comum na América Latina; o grau de estabilidade das instituições de dominação de classe que a "Nova República" está "reformando" vai depender da ação do movimento operário e popular e dos sucessos obtidos pela burguesia no próximo período.

O problema na condução da luta política tem sido outro, a subestimação permanente, por parte da direção da "Articulação", da capacidade do movimento de massas construir respostas próprias aos desafios colocados pela conjuntura, justamente pela ausência de clareza sobre o que está em jogo neste período. Assim, por exemplo, a atuação do PT na campanha das diretas foi pouco demarcada da oposição burguesa; a direção nacional do partido foi envolvida pela manobra pueril da candidatura única das oposições, paralisando o PT num momento crucial; a "Articulação" atrasou-se em reconhecer o mais claro "movimento tático da burguesia", a constituição de um novo regime político, insistindo, no início de 1985, que estávamos ainda enfrentando a ditadura militar; os dirigentes da "Articulação" não perceberam, no primeiro semestre de 1985, que o movimento tinha condições de enfrentar-se com o governo em questões tão importantes como a PNRA ou a greve dos metalúrgicos do interior de São Paulo (justamente porque não analisavam a situação a partir do movimento das classes, mas viam apenas a empolgação tancredista, ou seja, o movimento político de superfície); as propostas políticas da "Articulação", como a do encontro estadual de São Paulo de setembro de 1985, tem tido muita dificuldade em valorizar o caráter político dos enfrentamentos sociais, ressaltando sempre o seu caráter econômico, afirmando que a correlação de forças não permite apresentar alternativas globais mas apenas a somatória de proposições setoriais (que não orientam o

PT no sentido de um esforço decisivo de politização das lutas sociais, principalmente no movimento sindical); a direção da "Articulação" sustentou uma posição recuada e defensiva nas eleições de novembro de 1985 em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, bem como uma posição ambígua na primeira resposta ao "pacote" (o programa nacional de televisão do PT imediatamente depois do "pacote" apresentou uma posição muito ruim, mais atrasada e defensiva que o do PDT, que tinha ido ao ar alguns dias antes). Estas posições da "Articulação" têm, em geral, que ser reformuladas alguns dias ou semanas depois, quando confrontadas com a realidade da vida, com a capacidade de luta e o nível de organização e consciência de classe dos trabalhadores.

Quem tem que equilibrar seus instrumentos de acompanhamento da conjuntura e melhorar muito sua sensibilidade para definir orientação tática são, sem dúvida alguma, os dirigentes que têm dado a tônica na definição das posições da "Articulação". Uma vacilação dessas algum dia ainda pode custar muito caro ao PT e ao movimento operário e popular brasileiro.

O "socialismo"

A "polêmica" sobre o socialismo começa com Pomar e Dirceu pinçando com todo cuidado as frases mais genéricas de alguns textos, defendendo a socialização dos meios de produção para dizer, em seguida, que "a DS e o PRC são incapazes de sair dos princípios ou definições gerais sobre o socialismo, válidos para todos os países do mundo. Este é justamente um dos exemplos mais flagrantes de seu doutrinismo. Transformam em fórmulas gerais alguns conceitos marxistas e consideram-se prontos para aplicá-los em qualquer situação e em qualquer tempo". Os que lêem estas frases talvez não saibam que as citações utilizadas por Pomar e Dirceu são extraídas de textos (o caderno "O que é a Democracia Socialista" e a resolução do I Congresso do PRC), que analisam longamente a sociedade brasileira e os problemas de estratégia revolucionária que seus traços particulares colocam.

Depois, os autores explicam a posição de Marx sobre as etapas socialista e comunista (sem citar o termo), afirmam que ele não previu a ocorrência de revoluções nos países atrasados, que isso colocou para os trabalhadores destes países grandes problemas e não permitiu a plena socialização das suas economias. A crítica fundamental que pretendem fazer às posições das organizações é que "o socialismo no Brasil só pode ser o resultado do grau de desenvolvimento do capitalismo brasileiro"

e por isso "é necessário conhecer em profundidade como é o capitalismo no Brasil, qual é o estágio de desenvolvimento alcançado por ele, quais as formas que ele utilizou para sua expansão", coisa que as organizações não fariam.

Para esbanjar erudição, Dirceu e Pomar mostram a seguir que leram Florestan Fernandes (ou pelo menos Fernando Henrique Cardoso), dizendo que o capitalismo brasileiro tem um desenvolvimento desigual e subordinado ao capitalismo internacional e que o socialismo no Brasil não poderá empreender a socialização imediata dos meios de produção, nem implantar uma completa organização planificada da economia (em particular, estatizar ou coletivizar a pequena propriedade).

Sobre as questões levantadas por eles devemos ressaltar pelo menos o seguinte: o texto confunde dois problemas, a política estratégica de alianças que unifica o campo operário e popular (visando, supomos, a revolução), e as medidas que caracterizam a primeira etapa (supomos, posterior a um processo revolucionário) de reorganização socialista da economia. O problema é que a questão chave, que é a própria revolução, não aparece no processo.

Se a orientação estratégica fundamental não é definida, qualquer proposição política sobre o processo de transformação social pode ser interpretada numa ou noutra direção, num sentido revolucionário ou num sentido reformista. Obviamente, todas as posições no PT vão ter, mais cedo do que muitos pensam, que se posicionar claramente sobre isso, coisa que o texto de Dirceu e Pomar não faz.

No que diz respeito às alianças estratégicas, quase todos no PT compreendem a sua importância, principalmente na esquerda revolucionária. Mas o texto *Algumas considerações...* aborda de forma problemática em pelo menos três aspectos. Primeiro, quando falam do campo operário, democrático e popular, Dirceu e Pomar não definem a questão da hegemonia no seu interior, que força social dirigirá as massas exploradas e oprimidas rumo a sua emancipação. O segundo problema é tratar as camadas médias em bloco, sugerindo que elas podem ser ganhas em seu conjunto para o campo popular. Isto se choca com toda a experiência das revoluções, onde o que ocorreu foi a bipolarização das camadas médias, com seus setores mais proletarizados integrando-se ao campo da revolução e seus setores mais abastados ao campo da reação.

Em terceiro lugar, esta estratégia não assimila o peso de considerações de ordem ideológica na constituição e coesão do campo popular, nem compreende que dele participarão não ape-

nas classes e camadas sociais mas também movimentos sociais policlassistas que lutam contra formas de opressão específicas que sofrem sob o capitalismo, como o movimento de mulheres, de jovens e de negros. Nenhuma estratégia revolucionária séria pode deixar de abordar estes dois problemas.

Quanto às medidas de “transformação socialista”, ninguém no PT defende a estatização de botequins e padarias, como Pomar e Dirceu querem dar a entender que seja a posição da esquerda. A discussão preliminar aí é outra: como conduzir politicamente a socialização da economia, como compatibilizar a manutenção necessária de formas de propriedade não coletivizadas com o planejamento econômico democraticamente centralizado. Depois, a análise é permeada (e não só nessa parte) por uma visão radicalmente economicista: é estabelecida uma relação mecânica, no melhor estilo dos manuais da Academia de Ciências da URSS, entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as possibilidades de transformação da economia e

antiburocrática em todos os seus componentes, é um elemento central a ser definido desde hoje. É muito interessante observarmos que a questão da burocracia está ausente da análise de Pomar e Dirceu.

A construção do partido

A idéia central que Pomar e Dirceu procuram afirmar é que as “correntes organizadas” possuem todas uma concepção de construção do PT que na realidade consiste na sua própria construção (pg.2), mesmo quando não dizem isso (pg. 29), pois possuem estruturas organizativas próprias, negam-se a aceitar a disciplina do PT e consideram que o resto do partido tem propostas atrasadas, reformistas, etc. (pg. 27/8).

O que se afirma, em contraposição, é que a construção do PT “*demandam um paciente e cuidadoso método democrático de luta de opiniões, de experiências organizativas, de combinação da democracia mais ampla possível com a aplicação unitária das deli-*

brasileiro se organize de forma independente e se constitua como um agente da luta política. Tem tido avanços ideológicos e políticos crescentes em suas definições.

Mas, apesar de tudo, o PT abarca toda uma série de correntes e posições políticas, algumas das quais não se colocam o objetivo da revolução, que também não é definido como um objetivo do partido. A esquerda revolucionária que milita no PT o faz com um propósito claramente estabelecido, construir o partido revolucionário; para ela, a revolução não é um processo espontâneo, mas que tem que ser construído por uma força política que persegue ferrenhamente este propósito. Não acreditamos ser possível uma revolução no Brasil sem o concurso de um partido que exerça um papel dirigente, sem um partido que se prepare para a tarefa da conquista do poder.

Temos defendido nossa posição abertamente no PT desde sua fundação: o PT é um partido operário de massas cujo destino final não está definido e no interior do qual militamos para que ele venha a se transformar num partido revolucionário, num partido capaz de fazer frente às tarefas colocadas para a conquista do poder — o que implicará em mudanças profundas de seu perfil e estruturas, mudanças que somente ocorrerão na medida em que avance a luta do proletariado, seu nível de organização e consciência de classe, e as posições revolucionárias ganhem uma adesão de setores massivos do movimento operário e popular. Desta forma, o avanço em suas definições e estruturas não significa o seu estreitamento. Acreditamos que a contraposição entre o partido de vanguarda e partido de massas é falsa: o partido que dirigir a revolução será necessariamente um partido de massas, o que não significa um partido com definições políticas rebaixadas mas, ao contrário, um proletariado politicamente avançado.

Isto não está, em princípio, em contradição com o que defendem Dirceu e Pomar. Existem vários setores revolucionários e inúmeros militantes que se colocam nesta perspectiva no PT, e a grande maioria não são seitas que se

autoproclamam como partido revolucionário ou núcleo de partido revolucionário. Existem muitos militantes, principalmente na “Articulação” que se consideram revolucionários e acham necessário construir um partido revolucionário, mas não colocam hoje a tarefa de pensar esta questão, limitando-se a atuar no sentido do avanço do movimento ou consideram que o PT se transformará mais ou menos espontaneamente num partido que se colocará explicitamente o objetivo da revolução, ou ainda que esta questão poderá ser resolvida mais para frente.

Existem aqueles, como Adelmo Genro, que consideram que o PT é um partido de massas, que enquanto tal cumpre um papel importante para a luta dos trabalhadores, mas para quem um partido leninista é “uma organização normalmente clandestina, relativamente pequena, com normas de funcionamento e atividade baseadas no centralismo democrático” (Contra o socialismo legalista, pg. 89), que não são características do PT. Desta ótica não existiria contradição entre militar no PT, partido legal, de massas e socialista, inclusive encaminhando suas deliberações, e militar num “partido leninista clandestino”.

O que temos pela frente, qualquer que sejam os desejos de Pomar e Dirceu, é, pois, um longo processo de luta política no interior do PT entre todas estas posições. Consideramos necessário que o PT, como qualquer organização ou partido, exija o cumprimento das deliberações democraticamente tomadas. As relações as entre várias correntes no seu interior devem ser normatizadas, estabelecendo regras que garantam e aprofundem a sua democracia interna. Mas esta disputa não poderá ser resolvida fora das grandes experiências da luta de classes e do próprio desenvolvimento do partido. Neste processo, Pomar e Dirceu terão que explicitar suas posições estratégicas, outros alterarão as posições que hoje estão sustentando, as posições incorretas perderão espaço, poderão existir rupturas no partido (como, inclusive, já ocorreram) e um caminho para a construção do partido revolucionário se imporrá.



o que é chamado de “superestrutura do socialismo”. Sobre este último ponto, Pomar e Dirceu afirmam: “*uma reduzida experiência histórica democrática também leva a diferentes erros e problemas na construção da democracia socialista. A experiência tem mostrado, inclusive, que pode haver um descompasso entre o avanço da estrutura econômica e o ritmo mais lento de democratização da superestrutura*”.

Será que os autores estão se referindo à Polônia, União Soviética ou China, como exemplos deste “descompasso”? Na realidade se este fosse o rumo da história, teríamos na Alemanha Oriental ou na Polônia um vigoroso socialismo democrático e na atrasada Nicarágua, que nunca conheceu um período de democracia burguesa em sua história, uma ditadura ultra-estalinista, talvez nos moldes do Pol Pot cambodjano. O economicismo de Pomar e Dirceu impede-os de compreender que após a revolução se abre um momento histórico privilegiado, marcado pelo primado político, onde as forças sociais dispõem de um importante grau de autonomia e o seu projeto político joga um papel fundamental. A luta por um socialismo baseado na democracia direta dos trabalhadores, na democracia socialista, que seja visceralmente

berações democráticas” (pg. 28). O PT ainda precisa passar por um prolongado processo de definição de “*seu programa socialista, de sua estratégia, de suas formas de organização, inclusive com a participação dos trabalhadores que não estão dentro do partido. Adotar programas e políticas doutrinárias, mesmo no campo da organização, seria o caminho mais fácil mas também o mais estéril. O máximo que o PT conseguiria seria transformar-se em mais uma seita*”. (pg. 29)

Por tudo isso, o texto defende a necessidade de se combater os grupos organizados. “*É certo que existem militantes dessas organizações cuja prática foi se tornando cada vez mais petista e diferenciando das posturas teóricas e das proposições de suas organizações. Mas é preciso diferenciar a prática desses militantes da prática de sua organização como um todo, incentivando aquela e combatendo esta, inclusive para que tais militantes tomem consciência das diferenças e não induzam militantes petistas em erro*.” (pg. 30).

Eis as propostas dos dirigentes da “Articulação” sobre a construção do partido. De nossa parte, acreditamos que o PT, com o perfil que tem hoje, exerce um papel fundamental na luta de classe. Permite que o proletariado

**Assine o Em Tempo:
cheque nominal à Editora Aparte Ltda
Cz\$ 40,00**

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769.

Diagramação: Antônio Delfino

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

Mundial 86

Sob o domínio do lucro



Setembro de 1985: a terra treme no México. Guillermo Canedo, presidente do comitê de organização da copa do mundo, pronuncia algumas palavras coloridas de emoção: "Há muitos interesses em jogo e numerosos patrocinadores já concorreram com um enorme sacrifício econômico para que agora eles renunciem assim tão facilmente". Esta sensibilidade muito particular, expressa por Guillermo Canedo, se explica. Ele é o chefe da Televisa. A Televisa representa cinco cadeias no México, uma rede americana, a Spanish International Network, a equipe de futebol com mais títulos do país, o América do México, e... o estádio Azteca, "o templo de 110 mil lugares", ponto alto da copa.

A alma sensível de Guillermo Canedo domina portanto a Televisa, a qual detém o monopólio da retransmissão das imagens do "Mundial", cujos direitos foram negociados a preço de ouro. Mas a Televisa organiza inteiramente o Mundial. Os ingressos, subconveniados a um banco mexicano, as viagens, o aluguel da infra-estrutura necessária as mídias (uma inflação de preços de aluguel de 300% com relação a 1982...).

Guillermo Canedo é também, por coincidência, o braço direito de João Havelange, o presidente da FIFA, Federação Internacional de Futebol. E Havelange é o testa-de-ferro de duas companhias, a Coca-Cola e a Adidas, que o conduziram ao cargo de presi-

dente em 1974. Não é, pois, surpresa ouvir da boca de João Havelange que o lucro da copa do mundo passou de 288 milhões de cruzados em 1974 para 103 bilhões de cruzados em 1986.

Os investimentos relativos aos estádios, aos melhoramentos da rede de comunicações, aos transportes liberados pelo Estado mexicano equivalem a 7,6 bilhões de cruzados em 1978 e 2,5 bilhões de cruzados em 1982. A população, levada a contribuir, não verá nada dos quinhentos computadores IBM oferecidos a título de patrocínio, não mais que os duzentos veículos Ford, os carros Dina. Ela não tocará em um centavo dos orçamentos publicitários gigantes abertos pela Opel, Kodak, Coca-Cola, Adidas, que serão exibidos aos bilhões de telespectadores. A população local interessa pouco, afinal, aos organizadores. A televisão, esta é que é lucrativa, não o cidadão mexicano.

O México, atormentado pela dívida externa, com uma inflação monstruosa (uma taxa de 92%), não lucrarão senão desigualmente com a copa. Os bancos mexicanos podem obter, graças à publicidade feita ao país, uma moratória junto ao FMI. 25 mil empregos sazonais serão criados. E depois? A cifra de negócios da copa, 162 bilhões de cruzados, não beneficia os dezoito milhões de habitantes do México.

Escassez de gols

A copa do mundo se desenvolverá na esfera econômica da influência da Televisa, do lobby Havelange-Canedo. O

povo mexicano fará o papel de figurante e sofrerá ainda um recrudescimento de medidas policiais em nome da segurança.

Nesta copa do mundo, o esporte futebol desaparece mais e mais, tão importantes que são as apostas financeiras. A copa será de uma das equipes que assegurará aos investimentos uma taxa de rentabilidade mais importante. As companhias de automóvel, de bebidas, de eletrônica, de artigos de esporte influenciarão a decisão do título, deixando ao acaso a influência mais reduzida possível. Nenhum lugar será reservado a qualquer surpresa que possa ocorrer.

A lei do lucro domina, como a da crise econômica. A rentabilidade se inscreve até o fundo dos objetivos das equipes. A tendência geral é a redução do número de gols, qualquer que seja a competição. Os interesses são muito grandes para que os investimentos perdoem o erro. A Itália, que conheceu o mercado de apostas mais importante do mundo, possuiu o jogo mais retrancado que há. O esporte não tem nada a ver no fundo com isso. Dezenove bilhões de cruzados na loteria esportiva italiana dão uma certa idéia, levam ao menor número de gols possível para justificar as somas em jogo e não decepcionar as esperanças de lucro dos Berlusconi e Agnelli. O conjunto do futebol é afetado por esta retranca armada na defesa.

O futebol, um pretexto

Os jogadores não têm o direito à derrota. Mas os treinadores, o têm menos ainda. Como se fosse deixado ao destino investimentos assim tão colossais! O afluxo de dinheiro multiplica a violência e a tensão sobre o gramado como também reduz o número de gols. A forma de organização das equipes privilegia a proteção dos gols, mesmo se o olho da câmera focaliza os atacantes. Os jogadores italianos, os vinte e dois da Squadra Azura, receberam dois milhões de cruzados para o México. Quem ousaria imaginar que se toleraria da sua parte o menor descuido?

A 29 de junho, no estádio Azteca, a copa irá para uma das equipes cuja rentabilidade será a melhor. Isso quer dizer que a disputa da copa é falsificada? Ela não é mais falseada do que a organização do modo de produção capitalista: obedece às mesmas leis. Sem mais. A seleção das equipes é regida pelas leis do investimento. As consequências financeiras das partidas tornam-se determinantes. Porém, um pê-nalti inesperado, a trajetória de uma bola... Mas quem acredita que o homem de negro, o árbitro, é exterior a todo este negócio?

A copa do mundo de futebol do México, pelo gigantismo dos capitais investidos, pelo número de telespectadores e suas bases econômicas privadas, representam um verdadeiro giro, isto é, o fim do futebol artesanal. O futebol não é mais que um pretexto.